



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE DIREITO

**UMA ANÁLISE DA ADESÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO
COMPLEMENTO DA RENDA DIANTE DA REFORMA NO SISTEMA
PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO**

Daniela Piva

Lajeado, novembro de 2019

Daniela Piva

**UMA ANÁLISE DA ADESÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO
COMPLEMENTO DA RENDA DIANTE DA REFORMA NO SISTEMA
PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia ou Artigo, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof. Cláudia Tessman

Lajeado, novembro de 2019

Daniela Piva

**UMA ANÁLISE DA ADESÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO
COMPLEMENTO DA RENDA DIANTE DA REFORMA NO SISTEMA
PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Profa. Ma. Cláudia Tessmann – orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof(a). Convidado (a)

Convidado (a)

Lajeado/RS, 11 de novembro de 2019

Dedico este trabalho à Deus, pois é na fé que encontro minha força. Aos meus pais Altemir e Lourdes, e, aos meus avós Luiz e Lourdes. Muito obrigada por me darem asas e sempre serem abrigo em cada volta pra casa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me auxiliaram, de alguma forma, na elaboração deste trabalho e na minha formação acadêmica. Primeiramente, agradeço a Deus, por estar sempre ao meu lado e por me permitir vivenciar esta jornada, me dando forças para superar todo e qualquer obstáculo.

Agradeço imensamente à minha família e aos meus amigos, por todo o apoio e amor incondicional. Sou grata especialmente aos meus pais que me permitiram realizar este sonho, minha mãe Lourdes, por ser abrigo e acalento, conforto e orientação em todos os momentos; meu pai, Altemir, por me ensinar a caminhar com minhas próprias pernas, e sendo colo em cada tombo; aos meus avós, Luiz e Lourdes que sempre foram carinho e aconchego em cada volta pra casa; e aos meus padrinhos, Luiz e Cladice, que não mediram esforços para que eu tivesse a oportunidade de estudar.

Agradeço também aos meus amigos, por, antes de mais nada, serem ouvido atento e preocupação em todas as horas. Obrigada, por tomarem as minhas dores e comemorarem minhas vitórias como se de vocês elas fossem.

Agradeço a todos os professores, por todo ensinamento compartilhado, especialmente à minha orientadora, Professora Cláudia, por me auxiliar na elaboração deste trabalho, por todo apoio e paciência, e por mostrar o quanto sou capaz. Meu eterno agradecimento, pois sem vocês a concretização deste sonho não seria possível.

RESUMO

O direito previdenciário brasileiro passou por diversas reformas e significativas alterações, especialmente nos últimos 20 anos. Logo, levando em consideração o aumento dos idosos, as aposentadorias concedidas cada vez mais cedo, o rombo nos cofres públicos e a alta demanda financeira, o Governo Federal apresentou uma nova reforma ao sistema previdenciário voltada basicamente a diminuir a velocidade do aumento das despesas e igualar contribuintes dos setores público e privado. Levando em consideração que o regime geral de previdência atual já não bastava para satisfazer as demandas do segurado, o sistema previdenciário pós reforma apresenta-se com uma maior dificuldade quando da necessidade do mesmo, além de deixar claro que sua principal premissa é o corte de gastos, ferindo diversos dos princípios do direito previdenciário e falhando na missão de prezar pelo bem estar social. Dessa forma, os primeiros apontamentos abordam o direito previdenciário e o caminho que percorreu até chegar a sua forma atual. Em seguida, discorre-se sobre a última reforma a esse sistema, bem como, sobre suas causas e suas mudanças. Finalmente, alude-se à apresentação da previdência privada como principal meio alternativo de planejamento financeiro diante da situação caótica apresentada pelo regime geral de previdência social. Nesse sentido, conclui-se pela aderência aos planos de previdência privada como principal meio de planejamento financeiro.

Palavras-chave: Direito Previdenciário. Regime Geral de Previdência Social. Reforma da Previdência. Regime Complementar Privado de Previdência Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	Parágrafo
art.	Artigos
CAPS	Caixa de Aposentadorias e Pensões
CEME	Central de Medicamentos
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CUT	Central Unica de Trabalhadores
DATA PREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EC	Emenda Complementar
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional do bem-estar do menor
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAP's	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

INAMPS	Instituto Nacional de Assistencia Medica da Previdencia Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Legislação Brasileira de Assistencia
LC	Lei Complementar
LOPS	Lei Organica da Previdencia Social
MONGERAL	Montepio Geral da Economia dos Servidores do Estado
nº	Número
OAB	Ordem dos Advogados Brasileiros
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PREVIC	Superintendencia Nacional de Previdencia Complementar
PT	Partido dos Trabalhadores
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SINPAS	Sistema Nacional de Previdencia e Assistencia Social
SSP	Superintendencia de Seguros Privados
SUDS	Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de saúde dos Estados
SUS	Sistema unico de saude
SUSEP	Superintendencia de Seguros Privados

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Resultado da Previdência Social 2018	42
FIGURA 2 – Simulação PGBL masculino	70
FIGURA 3 – Simulação PGBL feminino	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	14
2.1 Evolução histórica	14
2.2 Conceituação da previdência social	25
2.3 Princípios do direito previdenciário	28
2.3.1 Princípio da solidariedade social	29
2.3.2 Princípio da dignidade da pessoa humana	29
2.3.3 Princípio da vedação do retrocesso	31
2.3.4 Princípio da proteção ao hipossuficiente	31
2.4 Relações jurídicas com a previdência social	31
3 REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA	34
3.1 Evolução histórica	34
3.2 Principais mudanças	45
3.3 Formas de garantia	47
3.4 Considerações sobre a previdência social pós reforma	51
4 O REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	53
4.1 Conceituação e evolução	53
4.2 Entidades de previdência privada	57
4.2.1 Entidades fechadas de previdência privada	57
4.2.2 Entidades abertas de previdência privada	58
4.2.3 Conselho nacional de seguros privados	60
4.2.4 Superintendência de seguros privados	62
4.3 Planos de previdência privada	63
4.3.1 Plano de benefício definido	63
4.3.2 Plano de contribuição definida	64
4.3.3 Plano de contribuição variável	65
4.3.4 Plano gerador de benefício livre	65
4.3.5 Vida gerador de benefício livre	66

4.4 Benefícios da previdência privada	67
4.5 Legislação da previdência privada	67
4.6 A Previdência privada como investimento à longo prazo	68
4.7 A Previdência privada como planejamento financeiro pessoal	71
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

O Direito Previdenciário no Brasil é assunto pautado diuturnamente, pois vem sofrendo alterações significativas. A reforma da previdência tem como premissa maior diminuir a velocidade do aumento das despesas e igualar contribuintes dos setores público e privado. Diante desta situação caótica, a mesma, apresenta uma elevação na idade média de aposentadoria, além de regras de tempo de contribuição que diferem do atual regime previdenciário, ocasionando prejuízos aos contribuintes na ordem econômica e no planejamento da futura aposentadoria.

No entanto, já é de conhecimento dos cidadãos brasileiros que tanto o sistema previdenciário em vigor quanto aquele que se apresenta com a reforma não garantirão ao segurado o padrão de vida financeiro mantido antes da aposentadoria, enquanto contribuinte, o que representa uma drástica mudança de renda quando do encerramento das atividades laborais do trabalhador.

No Brasil, ao se falar em previdência, a maioria das pessoas tem em mente apenas o RGPS, o qual é regido pelo Governo Federal e administrado pelo Ministério de Previdência Social. As políticas referentes ao RGPS são executadas pelo INSS, e, o mesmo é de filiação obrigatória para todos os trabalhadores formais, regidos pela CLT, que contribuem com seus tributos diretamente, ou por meio de seus empregadores, mensalmente, com desconto em folha de pagamento. Porém, tal regime vem sendo debatido e reformado intensificadamente nos últimos 20 anos em função da combinação de dois fenômenos interligados, sendo eles, o aumento da despesa previdenciária ao longo do tempo e a intensificação do processo de

envelhecimento demográfico da população.

Assim, frente a escassez de recursos do RGPS e a insegurança que permeia sobre tal assunto, faz-se necessário ir em busca de opções diversas que virão a complementar a renda junto a aposentadoria.

Deste modo, o presente estudo objetiva analisar a proposta de reforma do sistema previdenciário público, buscando demonstrar que a adesão ao regime de previdência privada se mostra como principal meio alternativo para acumular recursos e garantir uma condição de vida, ao menos próxima, àquela mantida durante o tempo de trabalho e contribuição.

A ideia de previdência privada ainda é vaga para os brasileiros. Compreender suas formas de adesão, suas vantagens e seus benefícios com clareza, será uma nova esperança para aqueles que almejam um futuro com maior segurança financeira e precisam de disciplina para poupar.

Diante deste contexto, a problemática trata sobre o seguinte questionamento: Sob a ótica da proposta de reforma que se apresenta ao RGPS, a adesão a previdência privada é uma das alternativas de planejamento financeiro de maior eficácia?

Como hipótese para tal indagação, acredita-se que o atual contribuinte, habituado a era digital e a cultura do imediatismo, não se encontra preparado ou mesmo planejando resguardar suas economias no presente para garantir a complementação da renda futura, em tempo de gozar dos anos de trabalho e planejamento. Desta feita, presume-se que, diante da previsão de reforma no sistema previdenciário, a educação financeira e o planejamento através da adesão ao regime de previdência privada servirão de base para garantir um futuro com maior segurança financeira, além de que, com isso, a melhor idade poderá ser aproveitada com tranquilidade e sossego.

A pesquisa utilizada no presente trabalho é do tipo qualitativo. Segundo Mezzaroba e Monteiro (2006), “a qualidade é uma propriedade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo com suas naturezas. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa não vai medir dados, mas procurar identificar sua

natureza.”

O método a ser utilizado é o dedutivo, onde, através de argumentos gerais, serão apresentados argumentos particulares sobre a pesquisa. Busca-se conceituar o RGPS, bem como sua evolução perante a legislação brasileira e as demais mudanças que se deram ao longo do tempo atingindo a esfera da presente reforma e citando a previdência privada como principal meio alternativo de planejamento financeiro. O presente trabalho é por meio de procedimentos técnicos baseados em revisão teórica, que envolve doutrina, artigos de periódicos e materiais de estudiosos da área, legislação e portarias.

A presente monografia será dividida basicamente em três capítulos. No primeiro capítulo serão abordadas noções acerca do Direito Previdenciário, da Seguridade Social e do Regime Geral de Previdência Social. Inicialmente, far-se-á uma breve explanação sobre o que diz respeito a evolução histórica da previdência social no Brasil. Em seguida, aborda-se o conceito da previdência social, englobado no viés da Seguridade Social, a qual desenvolveu-se em função da necessidade social de criação de métodos de proteção contra os mais variados riscos ao ser humano, objetivando garantir os direitos à saúde, à assistência e à previdência social. Além disso, ao final deste capítulo serão elencados os princípios do Direito Previdenciário e as relações jurídicas com a previdência social.

Após superar a parte histórica, o segundo capítulo trabalhará sobre o RGPS, citando sua conceituação, sua evolução histórica, além das diversas reformas ocorridas no mesmo ao longo do tempo, suas formas de garantia e suas relações jurídicas com a Previdência Social. Ademais, este capítulo versa sobre a presente proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro, tecendo considerações acerca do histórico e seu conceito. A mesma, apresenta características, de certo modo, impactantes ao brasileiro e que causam extrema preocupação àqueles que tem interesse em planejar seu futuro financeiro. Ademais, neste capítulo são comentadas as causas do desencadeamento da proposta de reforma ao RGPS, sendo a principal a combinação de dois fenômenos interligados: o aumento da despesa previdenciária ao longo do tempo e a intensificação do processo de envelhecimento demográfico da população.

Ao final, no terceiro capítulo, é delineada a questão chave do atual estudo, ou seja, a apresentação do regime de previdência privada, que, diferentemente da previdência social, não possui aderência de caráter obrigatório. A previdência privada é de caráter complementar e tem por intuito se somar a previdência social para, com isso, garantir ao segurado um padrão de vida, ao menos, próximo àquele mantido durante suas atividades laborais. Portanto, considerando a atual situação da previdência social brasileira pré e pós reforma e, em busca de meios alternativos para se prevenir com uma considerável condição financeira, apresenta-se o investimento através da aderência do regime de previdência privada como principal forma de planejamento.

O direito a previdência social elencado junto ao art. 194 da CF é apontado como direito fundamental e essencial aos brasileiros. Entretanto, ao se analisar brevemente o que impõe a proposta de reforma ao RGPS percebe-se, de forma clara, os significativos prejuízos que a mesma acarretará ao contribuinte com a dificuldade de aderência e a escassez de recursos.

Nesse contexto, e considerando a situação caótica da saúde e da segurança pública no Brasil, com um olhar preocupado sobre o futuro que nos aguarda, nada mais justo que realizar um trabalho de pesquisa em busca de meios alternativos de planejamento financeiro. É o que dá motivação ao desenvolvimento desta monografia.

Para tanto, o presente trabalho presume que a aderência ao regime de previdência privada para complemento de renda junto a aposentadoria é o meio de maior eficácia, trazendo disciplina ao contribuinte para poupar, e um bom retorno futuro.

Assim, junto ao último capítulo, o qual trata exclusivamente sobre a previdência complementar privada, são apresentados os principais planos deste regime oferecidos pelas instituições financeiras no mercado atual e através de simulações faz-se uma análise sobre os mesmos com o objetivo de verificar sua rentabilidade e eficácia.

2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

2.1 Evolução histórica

O Direito Previdenciário é fruto da Revolução Industrial, originou-se da necessidade social de se estabelecer métodos de proteção contra as mais variadas adversidades impostas pela vida ao ser humano. Seu surgimento se deu através de dois fenômenos, conforme lecionam Horvath Júnior e Tanaca (2004).

O Direito Previdenciário é fruto da revolução industrial e desenvolvimento da sociedade humana. Este desenvolvimento da proteção social encontra raízes e anseios em épocas remotas, sediados na mente humana e inspiração na evolução do Direito. Dois fenômenos iniciais para o surgimento da Seguridade Social:

- a) Assistencialismo – baseado na caridade;
- b) Mutualismo – solidariedade de um grupo (HORVATH; TANACA, 2004, p. 11).

O histórico da previdência, segundo Borges (2003) está interligado ao da evolução da humanidade, advém da preocupação com o amanhã.

O histórico da previdência está intimamente atrelado ao da evolução da própria humanidade. Quando voltamos nossos olhos para o modo de viver dos primeiros homens, em suas sociedades primitivas, nas cavernas, lá encontraremos, em sua luta pela sobrevivência, os primeiros resquícios do que hoje vem a ser a previdência, quais sejam: a preocupação com o amanhã, com o porvir, reunir e armazenar recursos tais que pudessem garantir a sua sobrevivência e também da sua prole (BORGES, 2003, p. 24-25).

No Brasil, o conceito de proteção social segundo o autor citado recentemente,

iniciou-se com práticas filantrópicas, neste sentido:

Podemos afirmar que no Brasil, o conceito de proteção estatal teve seu marco inicial em práticas de atendimento filantrópico, fundamentadas em princípios cristãos e humanitários, herança de nossa formação católica portuguesa. Criaram-se, então, as Santas Casas, as Confrarias e Ordens Terceiras, todas com grande vocação para o atendimento aos necessitados, doentes e inválidos, quase sempre idosos sem recursos e desempregados (BORGES, 2003, p. 35).

Ainda, com base no que declara o historiador Goes (2015, p.01), “no Brasil, as primeiras formas de proteção social deram-se através das Santas Casas de Misericórdia, sendo a de Santos a mais antiga, fundada em 1543 [...]”. Esta, foi fundada por Brás Cubas, criando paralelamente um fundo de pensão para seus empregados, neste sentido Martins (2011, p.06) defendeem sua obra que “em 1543, Braz Cubas criou um plano de pensão para os empregados da Santa Casa de Santos”.

O movimento dos montepios em conformidade com Duarte (2008) foi significativo, no entanto, estes, não foram merecedores de legislação apropriada como aconteceu em outros países. Assim mesmo, alguns deles prosperaram e transformaram-se em prestigiosas instituições, sustentáculos de bem-estar e segurança na velhice.

No Brasil, as formas de montepio foram as manifestações mais antigas de assistência. Pode-se citar o Montepio Geral da Economia dos Servidores do Estado (MONGERAL), entidade de previdência privada (DUARTE, 2008, p. 24).

Em 1821, foi promulgado o Decreto de 12 de outubro, pelo Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara, este concedia aposentadoria aos mestres e professores com mais de 30 anos de serviço. O decreto não gerou nenhum efeito prático, mas se apresentou como o primeiro esforço do Estado em instituir a Previdência Social brasileira para a cobertura dos riscos sociais. É o que defendem Carvalho e De Faro (1993).

[...] devemos registrar que o primeiro esforço do Estado no sentido de instituir a Previdência Social ocorreu à época do Império. Em 12 de outubro de 1821, o príncipe regente, D. Pedro de Alcântara, assinava um decreto concedendo aposentadoria aos mestres e professores aos 30 anos de serviço, assegurando, aos que continuassem em atividade, um abono de 25% dos vencimentos correspondentes. Além da aposentadoria por tempo de serviço, devemos registrar dois outros fatos: o benefício é concedido a uma categoria profissional e contempla-se a possibilidade de o aposentado voltar à atividade. Entre o final do século XIX e o início da década de 20 do presente século, o desenvolvimento da previdência no Brasil foi eminentemente privado e centrado nas empresas. A organização previdenciária se dava pela ação dos empregados de uma mesma empresa, através de um fundo mútuo, ou pela ação da empresa, através de caixas beneficentes mantidas pelas contribuições, nem sempre voluntárias, dos empregados. Os benefícios cobriam assistência médica e auxílios pecuniários nos casos de desemprego, invalidez e funeral (CARVALHO; DE FARO, 1993, p. 06).

Já em 1824, a CF em seu 8º título, o qual dispõe das garantias, direitos civis, e políticos dos cidadãos brasileiros, dedicou o inciso XXXI de seu art. 179 aos denominados “socorros públicos” prevendo assistência às populações carentes como se pode constatar no preâmbulo abaixo transcrito:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.
XXXI. A Constituição também garante os socorros públicos. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1824).

Este dispositivo tinha por objetivo principal formalizar ideias sociais no Estado Brasileiro, neste sentido citou Martins (2011).

Na Constituição de 1824, a única disposição pertinente à seguridade social é a do art. 179, em que se preconizava a constituição dos socorros públicos (XXXI). O Ato Adicional de 1834, em seu art. 10, estipulava a competência das Assembleias Legislativas para legislar sobre as casas de socorros públicos, conventos etc., que foram instituídos pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1934 (MARTINS, 2011, p. 6).

Ademais, onze anos depois sobrevieram as manifestações mais antigas de assistência, podendo-se citar o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral), instituído em 1835, de caráter privado, como bem explicam Carvalho e De Faro (1993):

Assim como no Velho Mundo, a origem da previdência no Brasil está na ação livre e voluntária de pessoas. A primeira instituição de Previdência criada no Brasil, em 10 de janeiro de 1835, foi o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (Mongeral). Seu propósito original era patrocinar aos seus associados servidores do Estado, mediante contribuições, um conjunto de benefícios de natureza previdenciária. O Mongeral, que hoje é uma entidade de previdência aberta a qualquer pessoa, foi criado, e se mantém até hoje, como uma instituição privada de previdência. Entretanto, a previdência social, administrada e basicamente financiada pelo Estado, tem sido predominante no Brasil (CARVALHO; DE FARO, 1993, p. 05).

Dito isto, dando prosseguimento ao contexto histórico da previdência social no Brasil, verifica-se que a Constituição de 1891 foi a primeira a conter a palavra “aposentadoria”, conforme leciona Martins (2005).

A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão *aposentadoria*. Determinou que a “aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação” (art.75). O benefício era realmente dado, pois não havia nenhuma fonte de contribuição para o financiamento de tal valor (MARTINS, 2005, p. 18).

Após a I Guerra Mundial, foi criada a Lei do Acidente do Trabalho, em 15 de janeiro de 1919, consagrando a plena responsabilidade do empregador por qualquer dano sofrido pelo trabalhador durante o serviço, independentemente de culpa ou dolo, sendo obrigado, em virtude disso, a indenizar o trabalhador. É o que cita Bandeira (2005)

Após o primeiro ingresso na proteção social, somente em 1919, com a edição do Decreto Legislativo nº 3.724, foi criado o primeiro seguro privado de acidente de trabalho custeado pelo empregador contra o acidente em favor de seus empregados (BANDEIRA, 2005, Texto Digital).

No entanto, o grande marco inicial da previdência social no Brasil se deu em 1923, quando, visando amparar o trabalhador contra os riscos sociais, o deputado paulista Eloy Chaves apresenta o projeto de lei, em 06 de outubro de 1921, que se transformou na Lei Eloy Chaves, pelo Decreto Legislativo 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Sobre tal assunto, o autor citado recentemente leciona

[...] O marco da previdência social se deu com a publicação do Decreto Legislativo nº 4.682, de 24.01.23 Lei Elo Chaves, que previa o sistema de caixa de aposentadoria e pensão para cada empresa do ramo ferroviário, a qual deveria ser organizada seguindo o exemplo de Bismarck e cobriria alguns riscos sociais, como invalidez, acidente de trabalho e incapacidade temporária (BANDEIRA, 2005, Texto Digital).

Neste mesmo sentido, Castro e Lazzari (2004) também defendem o a Lei Eloy Chaves como marco inicial da Previdência Social, vejamos,

Em termos de legislação nacional, a doutrina majoritária considera como marco inicial da Previdência Social a publicação do Decreto Legislativo n. 4.682 de 24.1.23, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estradas de ferro existentes, mediante contribuições dos trabalhadores, das empresas do ramo e do Estado, assegurando aposentadoria aos trabalhadores e pensão a seus dependentes em caso de morte do segurado, além de assistência médica e diminuição do custo de medicamentos. Entretanto, o regime das “caixas” era ainda pouco abrangente, e, como era estabelecido por empresa, o número de contribuintes foi, às vezes, insuficiente (CASTRO; LAZZARI, 2004, p. 50).

Na época, basicamente, essa norma estabeleceu a criação de uma Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados das empresas ferroviárias de cada uma das empresas do ramo à nível nacional, contemplando os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária, pensão por morte e benefício de assistência médica, todos custeados por contribuições do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores, é o que leciona Martins (2011).

A Lei Eloy Chaves (Decreto nº 4.682, de 24-1-1923 foi a primeira norma a instituir no Brasil a previdência social, com a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários, de nível nacional. Tal fato ocorreu em razão das manifestações gerais dos trabalhadores da época e da necessidade de apaziguar um setor estratégico e importante de mão de obra daquele tempo. Previa os benefícios de aposentadoria por invalidez, ordinária (equivalente à aposentadoria por tempo de contribuição), pensão por morte e assistência médica. A referida lei destinou-se a estabelecer, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e de pensões para os respectivos empregados. Beneficiários era, portanto, apenas os trabalhadores subordinados (empregados), como também os “diaristas de qualquer natureza que executem serviços de caráter permanente” (art.2º). Seu objetivo, porém, não era conceder aposentadorias. Em seu bojo a regra concedia estabilidade ao ferroviário que tivesse dez anos de empresa, pois o trabalhador poderia não se associar às caixas com receio de ser dispensado. Ele só poderia ser dispensado mediante inquérito para apuração de falta grave presidido pelo engenheiro da estrada de ferro. Como o trabalhador era estável e ficava, portanto, na empresa, ia havendo acumulação de contribuições para o sistema de aposentadoria. Assim, o real objetivo era obter numerário para no futuro pagar aposentadorias (MARTINS, 2011, p. 7-8).

Nesta mesma linha de raciocínio, Duarte (2008) também comenta a implantação da previdência social por meio da criação das CAPS, vejamos,

[...] Foi com a Lei Eloy Chaves (Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) que se implantou efetivamente a Previdência Social, com a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões junto a cada empresa ferroviária, tornando seus empregados segurados obrigatórios. Para eles eram previstos os seguintes benefícios: assistência médica, aposentadoria por tempo de serviço e por idade avançada, por invalidez após dez anos de serviço e pensão aos seus dependentes (DUARTE, 2008, p. 24).

Assim, Goes (2015, p.2) defende a Lei Eloy Chaves como marco inicial da previdência social, “[...] a Lei Eloy Chaves ficou conhecida como marco inicial da Previdência Social Brasileira devido ao desenvolvimento e à estrutura que a previdência passou a ter depois do seu advento”.

Até os dias atuais, o aniversário do INSS é comemorado no dia 24 de janeiro, segundo Cruz (2015), “embora não tenha sido a primeira norma jurídica brasileira sobre a matéria previdenciária, o dia 24/01/1923 – data de publicação da Lei Eloy Chaves – ainda hoje é comemorada pelo INSS como a data de aniversário da Previdência Social brasileira” (Texto Digital).

Sobre esta lei, destacam Castro e Lazzari (2018) que após sua criação, surgiram outras Caixas com diferentes ramos da atividade econômica. Outra informação de suma importância trazida por estes autores se refere a primeira crise do sistema previdenciário, a qual se deu no ano de 1930, assim,

[...] a primeira crise do sistema previdenciário ocorreria em 1930. Em face de inúmeras fraudes e denúncias de corrupção, o governo de Getúlio Vargas suspendeu, por seis meses, a concessão de qualquer aposentadoria determinando uma revisão geral nos benefícios até ali concedidos, pois muitos deles tinham indícios de irregularidades (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Ainda, os mesmos doutrinadores destacam o surgimento dos IAP's,

A partir de então, passou a estrutura, pouco a pouco, a ser reunida por categoria profissional, surgindo os IAP – Institutos de Aposentadoria e Pensões (dos Marítimos, dos Comerciais, dos Bancários, dos Empregados em Transportes de Carga.

As normas indicam uma tendência existente desde o Império, segundo a qual a extensão de benefícios, no Brasil, parte sempre de uma categoria para a coletividade, e inicia-se no serviço público para depois se estender aos trabalhadores da iniciativa privada (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Ademais, no que tange a este momento da evolução histórica da previdência social no Brasil, Martins (2006, p.13) comenta em sua obra referente a Reforma da Previdência que “a partir de 1933, foram sendo criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que acabaram substituindo as Caixas de Aposentadorias e Pensões”.

Já na Carta Magna de 1934, Correia e Correia (2008, p.11) informam que ficava a cargo dos Estados-Membros a fiscalização das leis sociais, bem como cuidar das assistências públicas e da saúde. Ainda, esta Constituição estabeleceu a competência da União para que a mesma fixasse regras de assistência social.

Em seguida, sobreveio a Carta Magna de 1937, houve a outorga de uma nova Constituição, sendo que, segundo os doutrinadores mencionados recentemente, pouco inovou em relação aos direitos sociais, limitando-se à instituição de seguros de velhice, casos de acidentes do trabalho e invalidez. Também estabeleceu alguns deveres das associações de trabalhadores, no sentido de prestar assistência no que se refere aos seguros sociais e seguros de acidentes do trabalho.

No que tange à Constituição de 1946, é relevante destacar que, com base no que lecionaram Castro e Lazzari (2018), obrigava o empregador a manter seguro de acidentes de trabalho, conforme transcrito abaixo,

A Constituição de 1946 previa normas sobre previdência no capítulo que versava sobre Direitos Sociais, obrigando, a partir de então, o empregador a manter seguro de acidentes de trabalho. Foi a primeira tentativa de sistematização constitucional de normas de âmbito social, elencadas no art. 157 do texto. A expressão “previdência social” foi empregada pela primeira vez numa Constituição brasileira (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Ainda, no que diz respeito a esse período, os mesmos autores citam que neste momento o Poder Executivo percebeu a necessidade de padronizar a concessão de benefícios, assim,

Em 1949, o Poder Executivo editou o Regulamento Geral das Caixas de Aposentadorias e Pensões (Decreto n. 26.778, de 14.6.1949), padronizando a concessão de benefícios, já que, até então, cada Caixa tinha suas regras próprias. Quatro anos depois estabelecia-se a fusão de todas as Caixas remanescentes, por meio do Decreto n. 34.586, de 12.11.1953, surgindo a Caixa Nacional, transformada em Instituto pela Lei Orgânica da Previdência Social, de 1960 (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

A Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) de 1960 é considerada outro marco significativo para o presente estudo, regulamentada pelo Decreto nº 48.959, que tinha como objetivo uniformizar e padronizar os direitos estabelecidos entre os diversos institutos criados dentro do sistema assistencial. A lei também incluía a garantia de benefícios como auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-reclusão. Sobre este marco histórico citou Martins (2011).

A Lei nº 3.807, de 26-8-60, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), padronizou o sistema assistencial. Uniformizou direitos e contribuições. Ampliou os benefícios, tendo surgido vários auxílios, como: auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-reclusão, e ainda estendeu a área de assistência social a outras categorias profissionais. [...] A LOPS deu unidade ao sistema de previdência social. Não unificou os institutos existentes, mas estabeleceu um único plano de benefícios. Elevou o teto de salário-de-contribuição de três para cinco salários mínimos (MARTINS, 2011, p. 12).

Ainda, segundo o autor citado recentemente, na década de 1960, ainda ocorreram outras mudanças no sistema de previdência, como a inclusão do trabalhador rural com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), em 1963, e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) – que hoje é conhecido como INSS – em 1966, para unificar a administração da previdência social no Brasil.

No que tange a constituição de 1967, criada durante o regime militar, e sua emenda nº 1 de 1969, as mesmas, não inovaram em relação à matéria previdenciária, pois constavam em seus artigos alguns direitos trabalhistas e de seguridade social que já existiam como leis durante o governo Vargas. Entre eles estão: salário mínimo, salário família, a proibição de diferenciação de salários por conta de sexo, cor e estado civil, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, entre outros. Nesse sentido, Correria e Correia (2008).

A Constituição de 1967 e sua Emenda n. 1, de 1969, pouco acrescentaram à matéria em face do disposto na anterior Constituição de 1946. A emenda apenas teria disposto de forma um pouco mais minuciosa a respeito de vários benefícios previdenciários (salário-família, proteção à gestante após o parto, proteção à velhice, invalidez, em casos de morte e desemprego etc.) [...]” (CORREIA; CORREIA, 2008, p. 12).

Ademais, no ano de 1977 foi criada a Lei 6.439, a qual apresentou-se com diversas mudanças no que tange ao seu aspecto organizacional, assim, Castro e Lazzari (2018) comentam as principais,

[...] a Lei n. 6.439/1977 trouxe novas transformações ao modelo previdenciário, desta vez quanto a seu aspecto organizacional. Criou--se o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que teria as atribuições distribuídas entre várias autarquias. Foram criados o IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (para arrecadação e fiscalização das contribuições) e o INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (para atendimentos dos segurados e dependentes, na área de saúde), mantendo-se o INPS (para pagamento e manutenção dos benefícios previdenciários), a LBA (para o atendimento a idosos e gestantes carentes), a FUNABEM (para atendimento a menores carentes), a CEME (para a fabricação de medicamentos a baixo custo) e a DATAPREV (para o controle dos dados do sistema), todos fazendo parte do SINPAS (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

A ampliação do mercado de trabalho e uma dinâmica populacional onde havia mais trabalhadores ativos do que aposentados no país fizeram com que, até os anos 80, a arrecadação da previdência fosse maior do que seu custo, tendo um grande papel no crescimento do país nesse período e, por esse motivo, segundo Martins (2011 – p.16), nessa época, a previdência social também abrangia a Assistência Social e ações no campo do seguro social, instituindo, em 1986 o seguro-desemprego e criando em 1988 o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde dos Estados (SUDS).

A criação da Constituição de 1988 estabelece um conjunto de ações envolvendo Saúde, Assistência e Previdência Social usando o termo “Seguridade Social”. É nesse momento que se estabelece a previdência como a conhecemos hoje, mantendo seu aspecto de arrecadação entre empregadores e empregados, mas delegando ao Estado o papel de organizar e distribuir os recursos de acordo com a legislação. Sobre isso, Castro e Lazzari (2018).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sistema de Seguridade Social, como objetivo a ser alcançado pelo Estado brasileiro, atuando simultaneamente nas áreas da saúde, assistência social e previdência social, de modo que as contribuições sociais passaram a custear as ações do Estado nestas três áreas, e não mais somente no campo da Previdência Social (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Assim, após o breve relato sobre as principais alterações ocorridas nas Constituições, bem como sobre a criação de algumas importantes leis, finalmente

temos o panorama da Constituição de 1988, que, segundo Correia e Correia (2008, p. 12), “[...] foi bastante minuciosa no tratamento da questão da seguridade social. Do mesmo modo, significativas alterações foram promovidas no tema pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998”.

Martins (2011) destaca que na Carta Magna de 1988, passaram a fazer parte do gênero seguridade social, além da saúde, a assistência social e a previdência social. Além disso, Correia e Correia (2008) enfatizam que nesta Constituição foi criado um capítulo próprio para a seguridade social:

[...] Nesses dispositivos encontra-se desde o conceito de seguridade social até a forma básica do custeio e dos benefícios previdenciários alcançados. Versa-se, ainda, sobre a saúde e a assistência social. Trata-se de ampla normatização a respeito da matéria securitária, como jamais vislumbrado em qualquer ordem constitucional (CORREIA; CORREIA, 2008, p. 13).

No que tange à questão saúde Castro e Lazzari (2018) lecionam.

Pelas ações na área de saúde, destinadas a oferecer uma política social com a finalidade de reduzir riscos de doenças e outros agravos, é responsável o SUS (art. 198 da Constituição), de caráter descentralizado. O direito à saúde, que deve ser entendido como direito à assistência e tratamento gratuitos no campo da Medicina, é assegurado a toda a população, independentemente de contribuição social, para que se preste o devido atendimento, tendo atribuições no âmbito da repressão e prevenção de doenças, produção de medicamentos e outros insumos básicos, bem como ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, participar da política e execução das ações de saneamento básico, incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico, exercer a vigilância sanitária e as políticas de saúde pública, além de auxiliar na proteção do meio ambiente (art. 200 da CF). Em termos de regramentos legais, ressalte-se a edição da Lei n. 8.689/1993, que extinguiu o INAMPS – autarquia federal, absorvida sua competência funcional pelo SUS (sem personalidade jurídica própria), este gerido pelo Conselho Nacional de Saúde, na órbita federal, e pelos colegiados criados junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, nas instâncias correspondentes. Cumpre ressaltar, ainda, que a Constituição prevê a prestação de serviços de saúde pela iniciativa privada, sem restrições (art. 199), podendo participar do SUS, de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio (§ 1º), vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção de instituições privadas com fins lucrativos (§ 2º) (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Já no que tange a assistência social, os mesmos autores lecionam que a Constituição Federal de 1988 garante a proteção a todos,

No âmbito da Assistência Social, são assegurados, independentemente de contribuição à Seguridade Social, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação profissional das pessoas portadoras de deficiência; e a renda mensal vitalícia – de um salário mínimo – à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de subsistência, por si ou por sua família (art. 203). É prestada por entidades e organizações sem fins lucrativos, no atendimento e assessoramento aos beneficiários da Seguridade Social, bem como pelos que atuam na defesa e garantia de seus direitos, segundo as normas fixadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. No âmbito federal, foram extintas a LBA e a CBIA (antiga FUNABEM), em 1995 (Medida Provisória n. 813, de 1.1.1995, convertida na Lei n. 9.649/1998), ficando responsável pela política de Assistência Social o CNAS. A execução das ações na área da Assistência Social fica a encargo dos poderes públicos estaduais e municipais, entidades beneficentes e de assistência social (CF, art. 204, I) (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Assim, conclui-se que a Seguridade Social apresentada pela Constituição Federal de 1988 constituiu um avanço inédito na redução das profundas desigualdades sociais do Brasil.

Em 1990, segundo Martins (2011 – p.17), o art. 17 da Lei nº 8.029 permitiu a criação do INSS com a finalidade de cobrar contribuições e pagar os benefícios. Ademais, em 1991, o mesmo autor cita que entrou em vigor a Lei nº 8.212 que trata do custeio do sistema da seguridade social, e a Lei nº 8.213 que versa sobre os benefícios previdenciários.

Ainda, segundo Martins (2011, p. 17), a Lei 9.032, de 1995, fez a primeira reforma previdenciária na legislação ordinária.

Já em 1998, segundo Castro e Lazzari (2018), aconteceu outra reforma com a pretensão de modificar a concepção do sistema,

Pretendeu modificar a concepção do sistema, pois, conforme o texto, as aposentadorias passaram a ser concedidas tendo por base o tempo de contribuição, e não mais o tempo de serviço, tanto no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, tanto – e principalmente – no âmbito dos Regimes de Servidores Públicos, aos que ingressaram em tais regimes após a publicação da Emenda, ou aos que optaram pelas regras da mesma, já sendo segurados anteriormente (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Segundo os mesmos autores, no ano de 2003, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional duas Propostas de Emendas Constitucionais, as quais foram publicadas no Diário Oficial sob os números 41 e 42. Em termos gerais, as emendas

afetaram fundamentalmente os regimes próprios de agentes públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e apenas em aspectos pontuais, o regime que é administrado pelo INSS.

Ainda, Castro e Lazzari citam a emenda de nº 47 de 2005, a qual modificou regras de transição estabelecidas pela Emenda n. 41 a agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios, pertencentes aos chamados Regimes próprios, com efeitos retroativos a 1.1.2004, revogando, ainda, o parágrafo único do art. 6º da Emenda n. 41, de 31.12.2003.

Superando a parte histórica, para uma melhor compreensão do tema cabe citar a conceituação que se dá à Previdência Social, a qual esta totalmente interligada com a Seguridade Social. Veja-se a seguir.

2.2 Conceituação da previdência social

O Direito é considerado a forma mais eficiente de organização da sociedade. O Direito Previdenciário é um ramo autônomo do direito público voltado para o estudo e a regulamentação da Seguridade Social. Esta, por sua vez, visa garantir a ordem social e o mínimo de uma vida digna. Assim, trata de medidas voltadas para a população em geral, com um enfoque especial para as pessoas menos favorecidas financeiramente. No entanto, seu objetivo principal visa disciplinar a Previdência Social, regulamentando a relação jurídica de beneficiário e de custeio previdenciário, além da relação jurídica com a previdência complementar. Diante deste cenário, segundo Moreira e Lustosa (1977, p. 15),

[...] a Previdência é, entre nós, como na maior parte das nações, o complexo orgânico de expressão mais relevante, que vai até agigantando à medida que evolui na direção da SEGURIDADE SOCIAL. E por Seguridade Social se há de entender, conforme síntese de eminentes doutrinadores, o conjunto de medidas obrigatórias, cujo objeto é proteger, indistintamente, a todo indivíduo, e sua família, das consequências de uma inevitável calamidade socioeconômica, como implícito na Declaração Universal dos Direitos do Homem (MOREIRA; LUSTOSA. 1977, p. 15).

Ademais, a seguridade social tem por base o trabalho e por principal finalidade alcançar o bem-estar e a justiça social. Neste sentido, segundo o que explicam Horvath Júnior e Tanaca (2004, p. 13), “A Seguridade Social consiste em um conjunto

integrado de iniciativa de poderes públicos com a participação da sociedade que assegura os direitos à saúde, previdência e assistência.”

Na mesma linha de raciocínio, sobre o termo seguridade social, assim ensinam Costa, Lobato e Rizzotto (2019, Texto Digital) que a “Constituição Federal de 1988 criou o capítulo inédito da ordem social que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social; e nele, a seguridade social, como conceito organizador da proteção social, que compreende a saúde, a previdência social e a assistência social”.

Neste mesmo sentido, Ramos (2005) leciona,

A seguridade social traduz a ideia de tranquilidade, sobretudo no futuro, que a sociedade deve garantir aos seus membros. É um conjunto de medidas com as quais o Estado, agente da sociedade, procura atender à necessidade que o ser humano tem de segurança na adversidade, de tranquilidade quanto ao dia de amanhã (RAMOS, 2005; p.13).

Ainda, sobre tal assunto cita DUARTE, 2012,

A finalidade principal da Seguridade Social é a cobertura dos riscos sociais, o amparo social mantido por receita tributária ou assemelhada. Sua instituição deve-se ao fato de o homem ter percebido sua impotência frente aos encargos produzidos pelos riscos sociais, ainda que protegido pelo núcleo familiar (DUARTE, 2012, p. 23).

Levando em conta que a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos voltados para a proteção social, além de seu modo de custeio ser baseado no custeio universal, a CF de 1988 tratou de estabelecer em seu artigo 194 o direito a seguridade social, conforme sua fiel transcrição:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

Englobada nesse viés da política de seguridade social se inclui a Previdência Social, a qual faz o papel de seguro ao tempo de diminuição ou encerramento da capacidade laboral do cidadão. A previdência social tem por objetivo atender ao que se denomina como elementos constituintes dos direitos sociais. Estes contemplam lazer, educação, cultura e seguridade.

A Previdência Social, por sua vez, tem sua principal fonte na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 201:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º (BRASIL, 1988).

Ainda, Oliveira (1987) conceitua a previdência social como um conjunto de princípios e normas que tem por objetivo a proteção de toda a população,

Previdência Social é o conjunto de princípios e normas jurídicas destinadas a proteger os que exercem atividade remunerada e seus dependente, e, em certos casos, toda a população, nos eventos previsíveis de suas vidas, geradores de necessidades vitais, mediante uma organização criada pelo Estado, tendo como base econômica um sistema de seguro obrigatório, visando à realização da Justiça Social (OLIVEIRA, 1987, p. 52)

Assim, cabe ressaltar que a CF busca consolidar o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos do Homem (2009), que dispõe na primeira parte de seu artigo XXV:

1 – Todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, art. 1).

Portanto, segundo Póvoas (2007) o Estado aplica segurança aos contribuintes. Com isso, a junção da Assistência Social com a Previdência Social, denomina-se Segurança Social. Esta segurança visa a utilização entre as entidades e pessoas, em uma estrutura, controlada e orientada pelo Estado, com objetivos definidos para auxiliar em eventuais incapacidades da vida do contribuinte, onde ocorre a perda de poder aquisitivo e subsistência, tendo como consequências o sustento da família.

Nesse sentido, Miranda (2007) conceitua a Previdência Social como:

Sistema de proteção social, de caráter contributivo e em regra de filiação obrigatória, constituído por um conjunto de normas principiológicas, regras, instituições e medidas destinadas à cobertura de contingências ou riscos sociais previstos em lei, proporcionando ao segurado e aos seus dependentes benefícios e serviços que lhes garantam subsistência e bem-estar (MIRANDA, 2007, p. 37).

Assim, nota-se que por meio da relação jurídica previdenciária, o Estado ampara os beneficiários, segurados e dependentes, sempre que estes se deparam com eventos previstos pela legislação que os coloquem em situação de necessidade, seja pela impossibilidade de obtenção da própria subsistência, seja pelo aumento de despesas.

2.3 Princípios do direito previdenciário

Como citado anteriormente, o direito previdenciário é autônomo justamente porque conta com princípios e regras próprias. O autor Wladimir Novaes Martinez (2015) em seu livro Princípios de Direito Previdenciário faz uma listagem dos mesmos e os divide em três categorias: princípios fundamentais, básicos e técnicos.

Segundo ele, os princípios fundamentais são aqueles que fundamentam o direito previdenciário brasileiro, sendo considerados difusos e, também, ideais. Já os básicos são aqueles genéricos e os técnicos são considerados por ele palpáveis em seus limites e eficácia.

2.3.1 Princípio da solidariedade social

Este pode ser considerado o princípio mais importante do direito previdenciário brasileiro, na medida em que é o responsável por orientar toda a Ordem Social da Constituição, de modo que os demais princípios giram em torno dele.

Sobre ele, Castro e Lazzari, 2018.

[...] a Previdência Social se baseia, fundamentalmente, na solidariedade entre os membros da sociedade. 3 Assim, como a noção de bem-estar coletivo repousa na possibilidade de proteção de todos os membros da coletividade, somente a partir da ação coletiva de repartir os frutos do trabalho, com a cotização de cada um em prol do todo, permite a subsistência de um sistema previdenciário. Uma vez que a coletividade se recuse a tomar como sua tal responsabilidade, cessa qualquer possibilidade de manutenção de um sistema universal de proteção social (CASTRO; LAZZARI. 2018, Texto Digital).

Trata-se, portanto, de uma comunhão de esforços em favor de um bem comum.

2.3.2 Princípio da dignidade da pessoa humana

A dignidade preza pela integridade e pela vida do ser humano, com garantias de condições básicas para a existência como pessoa destinatária de respeito e de atenção por parte do Estado e de seus semelhantes.

Uma dessas formas de atenção por parte do Estado é o acesso a um sistema de Seguridade Social eficiente e capaz de amparar o cidadão em seus momentos de necessidade, seja por meio da concessão de benefício, seja por meio da prestação de serviços voltados para a saúde e para a assistência social.

A respeito de princípios constitucionais, importante mencionar que a dignidade da pessoa humana tem grande relevância na legislação brasileira, pois garante valores para todas as pessoas sem distinção de raça, cor, gênero, religião, etc. Neste sentido, Vicente e Alexandrino (2009) explicam:

A dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil consagra, desde logo, nosso Estado como uma organização centrada no ser humano, e não em qualquer outro referencial. A razão de ser do Estado brasileiro não se funda na propriedade, em classes, em corporações, em organizações religiosas, tampouco no próprio Estado (como ocorre nos regimes totalitários), mas, sim, na pessoa humana. São vários os valores constitucionais que decorrem diretamente da ideia de dignidade humana, tais como, dentre outros, o direito à vida, à intimidade, à honra e à imagem (VICENTE; ALEXANDRINO, 2009, p.33).

A aplicação desse princípio no direito previdenciário, portanto, prima não apenas pela existência de uma Seguridade Social, mas de um sistema acessível a todos e que efetivamente contribua para a vida digna da pessoa necessitada.

Ademais, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana ganhou ainda mais força, sendo o pilar de todo o ordenamento jurídico brasileiro. É neste princípio que estão elencados os direitos fundamentais de todo o cidadão, tornando-se base essencial para as demais normas brasileiras, como esclarece Magalhães (2012):

O rol dos direitos humanos foi trazido para os primeiros artigos da Constituição, em contraste ao que acontecia na Constituição de 1967, fato que tem relevo histórico importante, pois se enfatiza a importância da declaração dos direitos. Este tópico ganha importância especial, pois é exatamente no art. 5º, caput, da CF que se v consagrada, te tualmente, a inviolabilidade do direito à vida (MAGALHÃES, 2012, p. 161).

Além disso, importante destacar que este princípio teve grande ênfase na Constituição Federal promulgada em 1988, como se pode constatar do preâmbulo abaixo transcrito:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988).

Assim, diante da eficácia e da força do princípio da dignidade da pessoa humana buscasse amparar o cidadão em seus momentos de necessidade.

2.3.3 Princípio da vedação do retrocesso

Ainda que o legislador possa fazer alterações no sistema previdenciário para garantir o equilíbrio financeiro, veda-se que essas alterações possam significar um retrocesso social, como a perda de direitos e garantias.

Sobre este, Castro e Lazzari (2018) comentam que “Impõe-se, com ele, que o rol de direitos sociais não seja reduzido em seu alcance (pessoas abrangidas, eventos que geram amparo) e quantidade (valores concedidos), de modo a preservar o mínimo existencial.”

2.3.4 Princípio da proteção ao hipossuficiente

De acordo com este princípio, as normas previdenciárias devem ser interpretadas sempre a favor dos menos favorecidos, uma vez que estes são os principais destinatários dessas normas. Sobre ele citam Castro e Lazzari, 2018.

Ainda que não aceito de modo uniforme pela doutrina previdenciarista, vem sendo admitido com cada vez mais frequência o postulado de que as normas dos sistemas de proteção social devem ser fundadas na ideia de proteção ao menos favorecido. Na relação jurídica existente entre o indivíduo trabalhador e o Estado, em que este fornece àquele as prestações de caráter social, não há razão para gerar proteção ao sujeito passivo – como, certas vezes, acontece em matéria de discussões jurídicas sobre o direito dos beneficiários do sistema a determinado reajuste ou revisão de renda mensal, por dubiedade de interpretação da norma. Daí decorre, como no Direito do Trabalho, a regra de interpretação in dubio pro misero, ou pro operario, pois este é o principal destinatário da norma previdenciária. Observe-se que não se trata de defender que se adote entendimento diametralmente oposto na aplicação das normas, por uma interpretação distorcida dos enunciados dos textos normativos: o intérprete deve, dentre as várias formulações possíveis para um mesmo enunciado normativo, buscar aquela que melhor atenda à função social, protegendo, com isso, aquele que depende das políticas sociais para sua subsistência (CASTRO; LAZZARI. 2018, Texto Digital).

Após esta breve explanação referente aos princípios do Direito Previdenciário, vejamos, a seguir, as relações jurídicas com a Previdência Social.

2.4 Relações jurídicas com a previdência social

Segundo Duarte (2012), existem apenas dois tipos de relações jurídicas que

se pode ter com a Previdência Social: A relação jurídica de custeio e a relação jurídica de prestação.

Sobre tal assunto, o referido autor leciona que a relação jurídica de custeio tem base na capacidade contributiva:

Relação jurídica de custeio: baseia-se na capacidade contributiva. Nesta, o Estado impõe coercitivamente a obrigação de que as pessoas consideradas pela norma jurídica como contribuintes do sistema de seguridade recolham contribuições. [...] as contribuições sociais têm natureza jurídica tributária, aplicando-se a maioria das regras inerentes a este tipo de relação. Estão nesta relação jurídica não apenas os segurados do Regime Geral da Previdência Social, mas também todas aquelas pessoas que contribuem para o sistema (DUARTE, 2012, p.32).

Já, no que tange a relação jurídica de prestação, esta é pautada pela necessidade, menciona o mesmo autor:

Relação jurídica de Prestação: baseia-se na necessidade. Aqui, o Estado é compelido, também pela lei, à obrigação de dar (pagar benefício) ou de fazer (prestar serviço) aos segurados dependentes que preenchendo os requisitos legais para a obtenção do direito, o requeiram. A natureza jurídica da obrigação de conceder os benefícios e serviços é de um múnus público, como o é toda atividade prestada pela Administração Pública na consecução das finalidades da atividade estatal, enquanto que para o indivíduo configura-se como direito indisponível. A responsabilidade do ente previdenciário é puramente objetiva, fundada na teoria do risco social, que independe da resposta às indagações subjetivas sobre a causa do evento deflagrador do direito do benefício (DUARTE, 2012, p.32-33).

Duarte (2012), ainda comenta que a relação jurídica de prestação também não dá ao Estado discricionariedade na concessão do benefício, levando em consideração que uma vez preenchidos os requisitos legais para a obtenção desse direito, o Estado torna-se obrigado a concedê-lo se o mesmo for requerido. Além do mais, na relação jurídica de prestação, uma vez concedido o benefício, não pode ser revisado por motivos de oportunidade e conveniência, pois se trata de ato administrativo vinculado e só pode ser anulado em virtude de ofensa à lei, dentro do prazo decadencial de 10 anos, se comprovada a má-fé.

Ainda, o referido autor cita que a relação obrigacional de custeio é autônoma em relação a relação jurídica de prestação previdenciária.

Não há correspondência direta entre a obrigação de custeio e a de amparo; já que a obrigação de recolher não é, na maior parte dos casos, nem mesmo condição para o exercício do direito à prestação, como, por exemplo, nos casos em que a lei não exige carência para a concessão de benefício (DUARTE, 2012, p.33).

Diante da situação caótica em que se encontrava a previdência social brasileira e denotando-se que, apesar das diversas reformas que sobrevieram, esta encontrava-se deficitária, percebeu-se pela necessidade na elaboração de uma nova reforma ao sistema previdenciário. Após muito se debater e diante de inúmeras discussões, no final de outubro do ano corrente tal proposta foi aprovada causando grande preocupação aos beneficiários e necessitados do INSS. Ao se falar em reformas da previdência social no Brasil, descobre-se que o histórico, no que se refere as mesmas, é longo. O mesmo será explanado de forma sucinta junto ao próximo capítulo, onde se abordará de forma mais concisa a última reforma aprovada em outubro do ano corrente, citando seus pontos positivos e aqueles que se apresentaram de forma negativa aos segurados.

3 REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA

3.1 Evolução histórica

Diante do contexto histórico da Previdência Social Brasileira apresentado acima, é notável que este sistema passou por diversas mudanças desde seu marco inicial, neste sentido, segundo Carvalho e Faro (1993, p. 08).

A Previdência Social tornava-se mais abrangente a cada reforma, tanto em termos de empregados segurados, como de funcionários por ela empregados e do volume de recursos por ela administrado. As reformas sucediam-se, como resposta míope da burocracia à pouca eficácia do sistema, permeado de graves ineficiências funcionais e administrativas (CARVALHO; DE FARO, 1993, p. 08).

Dito isto, Giambiagi, Pinto e Rothmuller (2018, Texto Digital) defendem no diagnóstico de sua obra que o debate brasileiro sobre o tema Previdência Social tem se intensificado nos últimos 20 anos, em função da combinação de dois fenômenos interligados, sendo eles, o aumento da despesa previdenciária ao longo do tempo e a intensificação do processo de envelhecimento demográfico da população.

As reformas previdenciárias podem ser classificadas em não estruturais e estruturais. Segundo Silva e Schwarzer (2002) as reformas do tipo estrutural ocorrida na América Latina nos anos de 1980 e 1990 normalmente efetuaram pelo menos uma das seguintes alterações: a) do formato de seguro social para o de seguro individual; b) do princípio do benefício definido para o de contribuição definida; c) o agente

administrador público é substituído de forma total ou parcial por atores privados na gestão do sistema previdenciário; d) mudança do mecanismo de financiamento de repartição para capitalização individual. Pode-se afirmar que a reforma da Previdência Social ocorrida no Brasil, ao não alterar nenhum dos quatro pontos acima, foi do tipo não estrutural.

Entretanto, além do aumento da despesa previdenciária ao longo do tempo e a intensificação do processo de envelhecimento demográfico da população, um dos maiores problemas da Previdência Social é o desvio do valor arrecadado, nesse sentido Martins (2006).

Um dos maiores problemas da Previdência Social é o emprego da arrecadação para outros fins. Havia muito dinheiro nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), decorrentes das contribuições dos segurados, mas ele não era usado, pois eram poucos aposentados. O numerário foi empregado em 1956 para construir Brasília, mas, ao que se sabe, não foi devolvido ao sistema (MARTINS, 2006, p. 23).

Na época, havia um sistema chamado de “caixa dupla”, segundo o mesmo autor,

Esse sistema era chamado de “caixa dupla”. A Previdência Social mantinha com a rede bancária um convênio para evitar burocracias e acelerar o pagamento dos benefícios aos segurados. A Previdência Social pagava à rede bancária uma taxa de administração pela prestação dos serviços. Na chamada conta de “entrada” eram depositadas as contribuições previdenciárias arrecadadas das empresas e dos segurados. Na conta de “saída” o banco pagava benefícios.

O banco podia reter os recursos na conta de “entrada” por alguns dias, aplicando o dinheiro, sem pagar correção monetária e juros à Previdência Social. Mesmo se a conta de “saída” não tivesse numerário para o pagamento dos benefícios, o banco adiantava o pagamento do benefício ao segurado e cobrava juros da Previdência Social. Em 1981, havia pagamento de juros aos bancos de Cr\$ 100 milhões por dia. A dívida da Previdência com os bancos era de Cr\$ 100 bilhões. O sistema proporcionava benefício duplo aos bancos, pois usava o dinheiro da Previdência Social sem qualquer pagamento em troca e ainda cobrava juros do sistema (MARTINS, 2006, p. 24-25).

Ainda, Martins ressalta sua preocupação com o controle da gestão da coisa pública,

Recentemente, as contribuições foram usadas para outros fins, como para empréstimo a bancos em situação de insolvência, mas não para pagar os benefícios do segurado. É preciso, assim, maior controle da gestão da coisa pública (MARTINS, 2006, p. 25).

Segundo Castro e Lazzari (2018, Texto Digital), a reforma da previdência no Brasil de acordo com a Emenda Constitucional nº 20 (EC 20), de 15 de dezembro de 1998, teve como princípio manter o regime de repartição, ao mesmo tempo em que tentou eliminar as diferenças de critério entre os regimes dos servidores públicos e do INSS, à exceção dos militares. A EC 20 teve como objetivo central modificar a concepção do sistema. As principais mudanças foram: limite de idade nas regras de transição para a aposentadoria integral no setor público, novas exigências para as aposentadorias especiais, mudança na regra de cálculo de benefício, com introdução do fator previdenciário. Apesar de toda falcatura que desencadeava o déficit previdenciário, segundo Silva (2004), o principal argumento para a redução das despesas previdenciárias era o desequilíbrio das contas públicas.

A Europa e a América Latina têm sido palco de intensa polêmica e de medidas inovadoras em torno da reforma de seus sistemas de seguridade social em razão da chamada crise fiscal do Estado. De fato, o desequilíbrio das contas públicas vem constituindo o grande argumento em favor da redução das despesas previdenciárias, como – no caso da América Latina e, particularmente, do Brasil – uma das formas de liberar recursos para o pagamento de juros e encargos da dívida pública (SILVA, 2004, Texto Digital).

Com base no que citam Figueiredo e Limongi (1998),

As medidas que compõem a reforma da previdência, enviadas pelo governo Fernando Henrique ao Congresso Nacional, não visam introduzir alterações significativas no formato do sistema previdenciário brasileiro. Tendo como motivação básica a necessidade de estancar o crescimento do déficit da previdência e de garantir o seu futuro equilíbrio financeiro e atuarial, a reforma compreende dois tipos de medidas: o estreitamento do vínculo entre benefícios e contribuição e o corte de benefícios a grupos específicos, especialmente funcionários públicos, cujos custos são arcados pelo sistema como um todo (FIGUEIREDO; LIMONGI. 1998. Texto Digital).

Com base no que lecionaram Castro e Lazzari (2018, Texto Digital), apesar de todos os avanços alcançados com essa reforma, o RGPS ainda convive com dispositivos fáticos e normativos que impedem a obtenção do equilíbrio desejado. O déficit financeiro e atuarial decorrem da aplicação de normas ultrapassadas e da dificuldade de se obterem novas fontes de custeio, o que impede a estabilização das contas da Previdência e dos entes federados, “a Emenda trouxe, basicamente, reduções de despesas no que tange aos benefícios do regime geral, gerido pelo INSS,

não tendo sido tomada qualquer medida para o aumento da arrecadação”.

Neste mesmo sentido, Silva (2004).

Associados à questão do déficit fiscal, comparecem o desemprego da década de 90 e as mudanças nas relações de trabalho orientadas pelo critério da flexibilização, a par da crescente informalidade. As baixas taxas de crescimento econômico, com queda da arrecadação previdenciária, combinadas com o aumento da longevidade da população têm conduzido ao crescimento desproporcional do universo de beneficiários inativos em face dos contribuintes em atividade (SILVA, 2004, Texto Digital).

Para tentar corrigir estes problemas o governo brasileiro apresentou a Proposta da Emenda Constitucional 68 da Previdência Social (PEC 68), que teve o seu texto aprovado na Câmara dos Deputados Federais no mês de setembro de 2003.

Esta reforma foi muito tumultuada, e, sobre ela, segundo Souza, 2004.

Rasgando seu Programa, Manifesto e Estatutos, bem como frustrando as expectativas do seu Programa de Governo, o PT patrocinou a 2ª reforma da previdência social (a 1ª se dera no Governo de FHC, em 1994), a ferro e fogo. Elaborada por técnicos do FMI foi amplamente endossada pelos bancos, seguradoras e mercado, bem como pelos técnicos e especialistas terceirizados, amestrados e pré-pagos. As resistências no PT e inclusive de braço sindical, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, foram mínimas e nenhuma na base aliada, que recebeu acenos de cargos e verbas. Usando e abusando de dados falsos e projeções mentirosas, tanto econômicas e financeiras quanto atuariais, o governo do PT humilhou, execrou, estigmatizou e pôs de joelhos os servidores, elegendo como ícones de sua depreciação:

- liquidar com o direito adquirido
- instituir a contribuição de 11% para os inativos
- reduzir a pensão a 70%, acima do teto de R\$ 2.400,00
- acabar com a paridade entre ativos e inativos
- acabar com a aposentadoria integral
- estabelecer teto para aposentadorias e pensões
- instituir fundo de pensão para futuras aposentadorias e pensões (SOUZA, 2004, p. 5).

Ainda, segundo o mesmo autor, esta reforma foi aprovada durante a madrugada e provocou uma greve geral, fazendo com que o Governo PT cedesse em alguns pontos, sendo eles: I – aceitação da paridade entre os atuais ativos e inativos; II – aceitação da aposentadoria integral para os atuais ativos; III – o fundo de pensão alcançará somente os servidores que entrarem no Serviço Público a partir da aprovação da reforma. Entretanto, ainda assim, esta reforma descontentou e

decepcionou a população, favorecendo com isso a aderência a previdência complementar privada aberta no país.

Ao se falar no contexto histórico de reformas previdenciárias, Mattei (2019) comenta sobre os problemas graves que desencadearam o primeiro momento do debate sobre tal assunto, assim

Naquela época existia um problema grave em relação ao princípio da universalidade, uma vez que o acesso à aposentadoria, por exemplo, era restrito apenas aos trabalhadores urbanos. Quando esse princípio foi aprovado, estendendo o mesmo direito aos trabalhadores rurais, imediatamente surgiram questionamentos muito semelhantes aos atuais, chegando-se a afirmar que tal benefício aos trabalhadores rurais iria quebrar a previdência social.

De qualquer forma, cinco anos após a extensão desse direito aos trabalhadores rurais, estudos do IPEA de 1997 e 1998 comprovaram que não somente a previdência não quebrou como esses benefícios foram fundamentais para dinamizar as economias locais em milhares de pequenos municípios do país. Este foi o primeiro momento do debate sobre a previdência, quando a cantilena neoliberal não se sustentou (MATTEI, 2019, Texto Digital).

Ademais, sobre o segundo momento do debate pautado pela reforma da previdência, Mattei (2019) destaca a introdução de ações que tinham por objetivo desmontar o modelo de seguridade social aprovado na Constituição de 1988, nesse sentido

O segundo momento desse debate também ocorreu na década de 1990, período em que começaram a se introduzir ações mais efetivas no sentido de desmontar o modelo de seguridade social aprovado na Constituição de 1988. Neste caso, chama atenção a introdução do mecanismo de Desvinculação das Receitas da União (a conhecida DRU) que retirou 20% do total de recursos constitucionais destinados à seguridade social, deixando-os livres para serem aplicados onde o governo desejasse. Esse mecanismo iniciou o processo de desequilíbrio do sistema pelo lado da receita, assunto que sequer está na pauta das discussões atuais (MATTEI, 2019, Texto Digital).

O terceiro momento de debates sobre tal assunto se deu já no século XXI, no que tange a este momento, Mattei (2019) destaca os elementos centrais que levaram ao colapso financeiro do sistema de seguridade social, diante disso:

O terceiro momento do processo de desmonte do sistema de seguridade social ocorreu durante a segunda década do século XXI. Por um lado, no ano de 2016 o Governo Temer ampliou o percentual da DRU de 20% para 30%. Em termos monetários, essa ampliação significou a retirada de R\$ 126 bilhões da receita do sistema apenas no ano de 2016. Por outro lado, as desonerações fiscais implementadas pelo governo Dilma a partir de 2011 afetaram negativamente a receita do sistema de seguridade social em aproximadamente R\$ 90 bilhões ao ano.

Devemos acrescentar, ainda, os impactos negativos sobre a receita do sistema derivados das dívidas crescentes, especialmente das grandes empresas, dos grandes bancos e dos times de futebol, cujo montante divulgado recentemente pelo sindicato nacional dos auditores fiscais do INSS atingiu R\$ 500 bilhões.

Esses são, a nosso ver, os elementos centrais que levaram ao colapso da saúde financeira do sistema de seguridade social, por mais que se insista no debate atual que o problema está restrito ao problema do gasto, ou seja, do pagamento dos benefícios. Por isso, torna-se relevante entender como o problema da previdência foi recolocado novamente na agenda política do país após o golpe jurídico-parlamentar perpetrado em 2016 (MATTEI, 2019, Texto Digital).

Ademais, sobre os séculos XX e o início do século XXI, cabe mencionar que esse período foi identificado pelo alto nível de desemprego e grande instabilidade econômica, o que culminou em uma suposta crise das políticas de bem-estar social e resultou em um colapso do financiamento, sobre isso lecionam Castro e Lazzari, 2018.

O colapso do financiamento, além de ser consequência do envelhecimento médio da população, ocorre também atualmente pelo fenômeno da precarização da mão de obra, da informalidade dos mercados, minando a fonte básica dos recursos, ou seja, as contribuições vertentes sobre a folha de pagamentos de empregados. Com a expansão do capital industrial pelos países subdesenvolvidos, em busca de mão de obra mais barata, o desemprego nestes mesmos países ganhou novo fator de agravamento. O resultado é a diminuição gradual de recursos vertidos aos cofres do sistema de segurança social (CASTRO; LAZZARI. 2018, Texto Digital).

Ainda, sobre a falácia da decorrência do déficit da previdência social, menciona Martins, 2006.

Afirma-se que o aumento do déficit é decorrente da alteração do salário mínimo. Com o reajuste do salário mínimo, há também aumento da arrecadação, pois a contribuição é calculada sobre um valor maior do que o anterior. As empresas pagam a sua contribuição e a arrecada dos empregados até o dia 2 do mês seguinte ao vencido. Os benefícios previdenciários são pagos nos cinco primeiros dias úteis do mês. Se existir alguma diferença, é muito pequena, pois não se computa a contribuição incidente sobre salários de maior valor. Falacioso, portanto, tal argumento. [...] Uma parte do suposto déficit é atribuído ao pagamento do benefício de um salário mínimo aos rurais, que não contribuíram para receber o benefício (MARTINS, 2006, p. 26).

Sobre as reformas, faz-se necessário comentar que por mais que estas não apresentem melhoras significativas para os beneficiários em geral, com a evolução industrial e o passar do tempo é de suma importância que sejam realizadas reformas para se adaptarem ao contexto de cada nova era e, também, não menos relevante, para planejar um acúmulo de benefícios para as próximas gerações, nesse sentido, Castro e Lazzari, 2018.

Não há como negar que os sistemas previdenciários públicos requerem, de tempos em tempos, ajustes que permitam a sua sustentabilidade para a presente geração, mas, principalmente, para as gerações futuras. Tais mudanças importam, necessariamente, em implementar mudanças nas regras em dois aspectos fundamentais: o financiamento do regime e a concessão de benefícios. Por vezes, os governos adotam medidas tendentes a aumentar as fontes de receita; outras vezes, tornam os benefícios menos acessíveis (exemplo da França, na mais recente reforma); e outras vezes, são conjugadas medidas em ambos os sentidos (CASTRO; LAZZARI, 2018, Texto Digital).

Entretanto, cabe mencionar que de nada adianta implementar mudanças e promulgar reformas sem admitir e perceber onde é a origem do erro, sobre isso, segundo Souza (2004),

O governo recebeu a previdência social com superavit de R\$ 1,1 bilhão. Em 1990, o INSS registrou superavit de R\$ 14,9 bilhões. O déficit do INSS cresceu de forma perigosa na era FHC: em 1997, já era de R\$ 3,2 bilhões; em 1998, R\$ 7,1 bilhões; em 1999, R\$ 9,5 bilhões, em 2000, R\$ 10,0 bilhões; em 2001 R\$ 10,0 bilhões; em 2001 12,8 bilhões, ascendendo a R\$ 16,9 bilhões em 2002, 1,28% do PIB e R\$ 26,4 bilhões em 2003, equivalente a 1.7% do PIB. Para 2004, a projeção do Déficit é de R\$ 29,5 bilhões. Para 2038, o déficit foi calculado em R\$ 355,8 bilhões, o equivalente a 2,5% do PIB. Ao invés de fiscalizar melhor e arrecadar mais, o MPS prefere responsabilizar o desemprego e a queda da massa salarial como causa do déficit da caixa do INSS. O governo PT nada fez para estancar o déficit da caixa do INSS que impacta na imagem da previdência social pública e favorece a privatização do INSS (SOUZA, 2004, p.15).

No que tange a este assunto, o problema reside na constatação de que os governos não planejam regimes de médio e longo prazo, nesse sentido, Castro e Lazzari, 2018,

O problema reside na constatação de que os governos não possuem políticas de médio e longo prazo para solucionar os problemas causados pelos fatores que estão envolvidos: crescimento (ou decréscimo) demográfico; aumento da expectativa de sobrevida; diminuição da taxa de natalidade; capacidade contributiva da população economicamente ativa; criação de novos postos de trabalho; entre outros (CASTRO; LAZZARI, 2018).

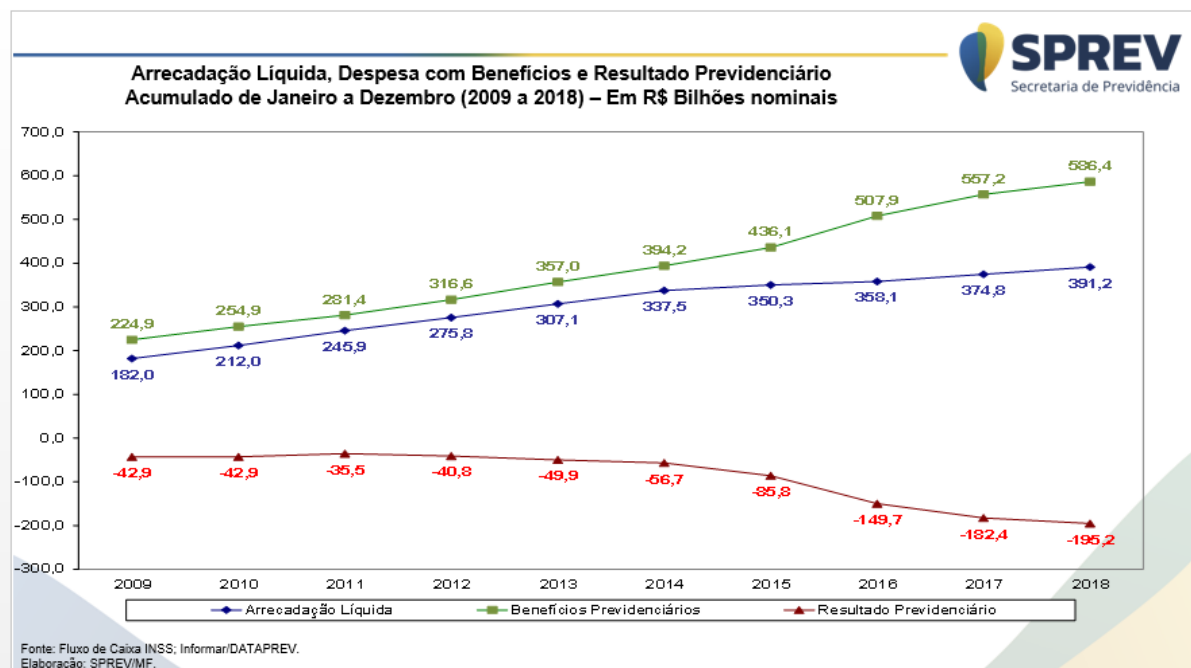
Para VARSANO (2003, Texto Digital) uma das soluções possíveis para esta questão é limitar a proteção oferecida pelo Estado ao trabalhador, o que viabilizaria a redução dos tributos que incidem sobre os salários. Outra solução alternativa, seria considerar a folha de salários como base exclusiva da previdência, eliminando contribuições que a utilizem com outras finalidades (ou financiando-as de outras fontes), e buscando bases alternativas que possam complementar o financiamento do RGPS.

Os anos se passaram e a crise brasileira foi se agravando, segundo Castro e Lazzari (2018), em 2015 foi promulgada a EC n. 88, a qual elevou para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória para os ministros dos tribunais superiores e permitiu que por meio de lei complementar fosse adotado esse mesmo limite etário para os demais servidores públicos.

Ao final de 2016, uma nova proposta de reforma foi encaminhada ao Congresso, desta feita não apenas ajustando este ou aquele parâmetro, mas propondo alterações que fragilizam o desenho e a cobertura originais da previdência pública, tal como desenhada quando da repactuação do contrato social. Isso se deu devido ao déficit da Previdência Social vir aumentando gradativamente com os passar dos anos, chegando a somar R\$ 195,2 bilhões em 2018,

A Previdência Social registrou déficit de R\$ 195,2 bilhões em 2018, um aumento de 7% em relação a 2017. A despesa com benefícios cresceu 5,2% e fechou o ano em R\$ 586,4 bilhões. A arrecadação, por sua vez, subiu 4,4%, somando R\$ 391,2 bilhões. Os valores são nominais, isto é, não consideram a inflação do período (BRASIL, 2019).

Para clarear esta decadência da Previdência Social, segue anexado abaixo a Tabela que se refere ao Resultado da Previdência Social do ano de 2018, elaborada e disponibilizada pela Secretaria da Previdência,

FIGURA 1 – Resultado da Previdência Social 2018

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV (2018).

Dito isso, no que tange à PEC 06/2019, Moura e Nunes (2019) demonstram sua indignação perante o texto da mesma, pois, segundo tais autores, esta reforma fere princípios do direito previdenciário, em especial no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, vejamos

Conforme se desenvolve na sequência a PEC 6/2019 que propõe a reforma da Seguridade Social, em especial da Previdência Social, parece ultrapassar o núcleo da dignidade da pessoa humana restringindo o acesso à benefícios sociais em um momento da vida humana em que eles são essenciais. Benefícios esses que, embora a terminologia, são retribuídos ao longo de anos de trabalho e contribuições (MOURA; NUNES, 2019, Texto Digital).

Para entender melhor a reforma, Rocha (2019) comenta sobre a composição do sistema de previdência social brasileiro,

A maior fatia, tanto para as receitas, quanto para os gastos da previdência, corresponde ao Regime Geral da Previdência Social. Um grupo consideravelmente desigual. Ainda que algum nível de diferença entre as faixas precise ser mantido, em face da necessidade de reforma, essa diferença precisa ser pesada. Em números, hoje o teto da previdência social é de R\$5.645,80. Ainda assim, como se pode observar no gráfico abaixo, a maior parte dos aposentados do regime geral recebem benefícios de menos de dois salários mínimos. Ao todo, 83,4%, em termos exatos, estão nessa faixa (ROCHA, 2019, Texto Digital).

Diante dos números, o mesmo autor verifica em uma análise sucinta sua preocupação,

Essa simples desagregação mostra o tamanho do fosso social brasileiro. A maior parte dos beneficiários de aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social possuem renda menor que dois salários mínimos. Enquanto, beneficiários de Regimes Próprios do Serviço Público podem ganhar até 15 vezes mais do que dois salários mínimos. Essa preocupação é relevante, e deverá ser retomada na seção sobre os aspectos da sociedade (ROCHA, 2019, Texto Digital).

Ademais, sobre o texto da reforma, Rocha (2019) destaca seu viés individualista, vejamos

O texto do projeto de reforma preconiza implicitamente um sistema social individualista, em que o princípio humano da solidariedade é praticamente abandonado, ao menos na Previdência Pública. Então, a proteção social dada a grupos mais frágeis da sociedade, como a empregada doméstica, o trabalhador rural, o pescador, entre outros, simplesmente deixa de existir. Cada indivíduo irá trabalhar para contribuir com o máximo que for possível para sua própria aposentadoria.

Apesar de controlada pelo Estado, o sistema de previdência diz muito sobre o modelo de sociedade que está se desenhando. Existem várias possibilidades. Neste caso, seria uma sociedade “neoliberal”, com pouquíssimo ou nenhum apoio aos indivíduos mais vulneráveis da sociedade. Parte-se do princípio de que tudo com relação a vida individual, é de responsabilidade do próprio indivíduo. Sem levar em consideração o papel social do trabalhador rural, do pescador, ou da ausência de oportunidades que fazem uma pessoa não ter acesso a melhores condições de vida.

Ainda é necessário sublinhar que a sociedade em questão, a brasileira, deriva de um contexto de colonização, exploração de mão-de-obra escravizada, de relações de coronelismo no campo, de uma condição de Oligarquia, onde privilégios sociais eram legitimados em políticas econômicas. E só muito recentemente a sociedade brasileira encarou algumas de suas feridas (ROCHA, 2019, Texto Digital).

Nesse mesmo sentido, Moura e Nunes (2019), destacam os pontos da reforma que causam preocupação, veja-se:

Entre os assuntos constitucionalizados pela PEC que causam preocupação estão, por exemplo, a alteração das alíquotas de contribuição e a instituição de contribuições extraordinárias; a definição da forma de cálculo da média do salário de benefício e da renda mensal inicial (fórmula esta que causa muitos prejuízos se comparada com a legislação atual); a definição da condição de miserabilidade para percepção do Benefício Assistencial (anteriormente definido infraconstitucionalmente e considerado inconstitucional pelo STF) e definição de quem deve ser considerado família para cálculo da renda per capita familiar; fixação de um valor não variável de R\$ 400,00 para idosos

miseráveis a partir dos 60 anos de idade que não possuam condições de se sustentar; fixação de valor mínimo anual de contribuição previdenciária de R\$ 600,00 ao grupo familiar dos segurados especiais e ainda previsão de que se não houver contribuição ou complementação até 30 de junho do exercício seguinte o período não será considerado como tempo de contribuição; e determinação de que nenhum benefício poderá ser criado, majorado e estendido por decisão judicial, interferindo diretamente no Poder Judicial e no ativismo jurisprudencial nos casos de inércia do Poder Executivo em desconformidade com os princípios constitucionais, etc.. (MOURA; NUNES. 2019, Texto Digital).

Esta reforma sugeriu um amplo conjunto de proposições de alteração da legislação previdenciária, e como causa da proposta de reforma na previdência social brasileira,

Inicialmente, pode-se argumentar que a reforma da Previdência no Brasil se justifica principalmente pelo rápido e intenso processo de envelhecimento populacional que o país deve enfrentar nas próximas décadas, fenômeno que tende a levar a uma significativa piora da relação entre contribuintes e beneficiários, e, assim, a uma pressão cada vez maior sobre a despesa com a Seguridade Social (ou seja, com as despesas com Previdência, Saúde e Assistência Social) aumentando a dificuldade de financiamento em um sistema de repartição simples. Essa veloz transição demográfica deverá produzir amplos impactos sobre o crescimento econômico, o mercado de trabalho e a estrutura ideal do gasto público. Especificamente na Previdência, o aumento da participação dos idosos na população total irá levar a uma quantidade relativa maior de beneficiários, os quais deverão ser sustentados, *ceteris paribus*, por uma razão de dependência de idosos ou previdenciária cada vez mais frágil. [...] Além disso, o impacto dessas mudanças demográficas tende a ser potencializado por um conjunto de regras inadequadas para o acesso e a manutenção de benefícios, as quais precisam ser revistas (AFONSO, ANSILIERO, DIAS, DINIZ AMARAL, GUERCI, SIDONE e COSTANZI, 2017, p. 131).

Para Costa, Lobato e Rizzotto (2019) a reforma da previdência é considerada necessária visando a sustentabilidade das futuras gerações, assim.

A reforma do ministro Paulo Guedes é apresentada por meio da Proposta de Emenda à Constituição 06/2019 (PEC-06/2019)⁴. Na exposição de motivos, a reforma é justificada como necessária para que a previdência tenha sustentabilidade no presente e para as futuras gerações, garantindo maior equidade. A partir desses argumentos, ela propõe uma série de mudanças para o acesso a benefícios previdenciários: ampliação do tempo de contribuição e de idade, redução do valor de pensões, restrição à aposentadoria rural e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por outro lado, propõe uma reestruturação total da previdência que acaba com o regime

de repartição/solidário e cria um regime – de capitalização –, expondo, dessa forma, o interesse central do grupo que governa (COSTA; LOBATO; RIZOTTO, 2019, Texto Digital).

Segundo o deputado Samuel Moreira (2019) ao escrever o parecer referente a reforma da previdência para o Poder Executivo, o objetivo principal da reforma previdenciária é

Conforme fundamentação contida na referida Exposição de Motivos, a finalidade da proposta é estabelecer “nova lógica mais sustentável e justa de funcionamento para a previdência social”, evitando “custos excessivos para as futuras gerações e comprometimento do pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas, e permitindo a construção de um novo modelo que fortaleça a poupança e o desenvolvimento no futuro” (BRASIL, 2019).

Neste parecer referente a reforma da previdência, o Poder Executivo ainda destaca a necessidade de reformar, para melhor adaptar-se aos novos tempos, além de prevenir a sustentabilidade futura, assim

A necessidade de reformar a previdência é uma convicção que ressoa nos diversos setores da sociedade brasileira e não poderia deixar de repercutir sobre o nosso Parlamento. É com o sentimento comum da necessidade de mudança para assegurar um futuro melhor, resguardar os direitos adquiridos e sem esquecer da expectativa de direito daqueles que estão próximos da aposentadoria, que dedicamos todo o esforço da construção da proposta de substitutivo ora apresentada neste parecer (BRASIL, 2019).

Levando em consideração que recentemente, no mês de outubro a reforma foi aprovada e acarretará dificuldades de aquisição de benefícios para os contribuintes, a seguir, serão elencadas as principais mudanças apresentadas pela mesma.

3.2 Principais mudanças

No que tange a principal mudança elencada pela atual reforma previdenciária, Moura e Nunes (2019) defedem que “o ponto chave da reforma está relacionada a necessidade de cumprimento de idade mínima para aposentadoria, com a extinção

da aposentadoria por tempo de contribuição, respeitado o direito adquirido e as regras de transição”.

Devido à recente aprovação da reforma previdenciária brasileira, ainda não há doutrina consolidada sobre o assunto, assim, para a confecção deste capítulo, mais especificamente no que tange as principais mudanças apresentadas pela reforma, baseou-se em notícias e textos digitais atuais. Além disso, o presente texto foi escrito a luz do Debate sobre a Reforma da Previdência que aconteceu junto à Univates, no dia 26 de setembro do ano corrente, o qual foi presidido pelo Presidente da Comissão de Seguridade Social, Senhor Tiago Kidricki e pelo advogado previdenciário Anderson de Tomasi Ribeiro.

Assim, dentre as mudanças elencadas no debate, notou-se que a idade mínima de aposentadoria será de 62 anos para mulheres e de 65 para homens tanto para a iniciativa privada quanto para servidores.

Nos arts. 24 a 33 estão as regras que serão aplicadas aos benefícios no RGPS. A aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição foi extinta, instituindo-se, como regra geral para acesso à aposentadoria voluntária no RGPS, a idade mínima de 65 anos, se homem, e 62, se mulher, sendo que para os trabalhadores rurais e professores, de ambos os sexos, a idade é de 60 anos. São exigidos, ainda, 20 anos de tempo de contribuição, excetuado o professor de quem se exige 30 anos (art. 24) (BRASIL, 2019).

Ainda, o presente trabalho foi elucidado pelas notícias e documentos que trata sobre o assunto publicados pela Comissão Especial de Seguridade Social da OAB de Santa Cruz do Sul, a mesma defende que as principais alterações estão na competência para julgamento de processos perante a justiça estadual, a ser definida em lei; e, na estipulação de alíquotas progressivas de contribuição, de acordo com o salário-de-contribuição, nesse sentido,

Em matéria de competência legislativa previdenciária, a PEC altera os arts. 22 e 42 da CF, transferindo para a União a competência para dispor, por lei complementar, sobre normas gerais concernentes à inatividade e pensão de policiais e bombeiros militares, o que hoje cabe à lei estadual de cada ente. Até a edição dessa lei complementar, serão aplicadas aos referidos militares estaduais as regras de transferência para inatividade e pensão por morte dos militares das Forças Armadas (art. 17 da PEC). Por outro lado, a PEC confere aos Estados e ao Distrito Federal a competência para dispor, por lei ordinária, sobre o exercício de atividades civil pelo militar estadual da reserva e sobre os requisitos para o ingresso de militares temporários (BRASIL, 2019).

As novas regras não valerão para os servidores estaduais e dos municípios com regime próprio de Previdência, uma vez que o projeto aprovado pela comissão especial tirou a extensão das regras da reforma para estados e municípios.

Ainda, conforme a Comissão Especial de Seguridade Social da OAB de Santa Cruz do Sul, a nova regra exclui a proteção a integridade física e periculosidade causando prejuízos ao trabalhador, assim,

Mantém a possibilidade de reconhecimento da atividade especial para fins de aposentadoria especial, no entanto, exclui a proteção a integridade física e periculosidade, bem como a possibilidade de conversão do tempo especial em comum após a promulgação da E.C. Estipula que lei complementar disporá acerca da idade e tempo mínimo para a aposentadoria especial, mantendo, até a promulgação desta LC, a possibilidade de concessão aqueles que trabalharam na atividade especial por 15, 20 ou 25 anos de tempo de contribuição, mas com idade mínima definida (OAB Santa Cruz do Sul, 2019).

Já, ao se falar no cálculo do benefício, pelas novas regras, o valor da aposentadoria será calculado com base na média de todo o histórico de contribuições do trabalhador, não descartando as 20% mais baixas, como feito anteriormente.

Devido a falta de doutrinas sobre o assunto por este ser um tanto atual, as mudanças citadas abaixo tem fonte a palestra de Anderson de Tomasi Ribeiro que aconteceu na Univates no mês de outubro, Anderson defendeu que a reforma impõe aos homens que já estão no mercado de trabalho o valor do benefício na regra de transição só subirá a partir de 21 anos de contribuição. Com isso, entre 15 e 20 anos, o percentual será de 60% da média de todos os salários e só terá direito ao benefício de 100% os homens que atingirem 40 anos de contribuição.

Já no que diz respeito as mulheres, Anderson citou que a contribuição mínima será de 15 anos tanto para quem já está no mercado, quanto para quem ainda vai ingressar. E o benefício de 100% será garantido sempre com 35 anos de contribuição.

Quem se aposentar após o período de transição, poderá receber mais de 100% do benefício integral. O valor, no entanto, não poderá ser superior ao teto, nem inferior a um salário mínimo.

Para os servidores, o cálculo do benefício é semelhante ao do INSS, mas o benefício mínimo será de 60% com 20 anos de contribuição, tanto para homens quanto para mulheres, subindo também 2 pontos percentuais para cada ano a mais de contribuição. A regra, porém valerá apenas para quem ingressou após 2003. Para aqueles que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, a integralidade da aposentadoria (valor do último salário) será mantida para quem se aposentar aos 65 anos (homens) ou 62 (mulheres).

A forma de cálculo dos benefícios é outro ponto crucial da reforma, que representará grande retrocesso social, pois diminuirá consideravelmente o valor dos mesmos. Neste tópico é importante saber como se chega ao valor do benefícios atualmente de acordo com a lei 8.213: primeiro se calcula o que é chamado de salário de benefício, através da média dos 80% maiores salários de contribuições do segurado desde julho de 1994, e após se calcula o que realmente o segurado irá receber, o que é chamado de renda mensal inicial, que atualmente é definido de acordo com um percentual do salário de benefício/média (BRASIL, 1991).

Ademais, cabe ressaltar que a proposta prevê uma mudança na alíquota paga pelo trabalhador. Os trabalhadores que recebem um salário maior vão contribuir com mais. Já os recebem menos vão ter uma contribuição menor, de acordo com a proposta.

Haverá também a união das alíquotas do regime geral – dos trabalhadores da iniciativa privada – e do regime próprio – aqueles dos servidores públicos. As novas alíquotas serão progressivas e serão calculadas apenas sobre a parcela de salário que se enquadrar em cada faixa.

Para os servidores públicos, as alíquotas efetivas irão variar de 7,5% a mais de 16,79%. Atualmente, o funcionário público federal paga 11% sobre todo o salário, caso tenha ingressado antes de 2013. Quem entrou depois de 2013 paga 11% até o teto do INSS.

3.3 Formas de garantia

A proposta prevê 5 regras de transição, sendo 4 exclusivas para os trabalhadores da iniciativa privada que já estão no mercado, uma específica para servidores e uma regra em comum para todos.

Transição 1: sistema de pontos (para INSS): A regra é semelhante à fórmula atual para pedir a aposentadoria integral, a fórmula 86/96 e tende a beneficiar quem começou a trabalhar mais cedo. O trabalhador deverá alcançar uma pontuação que resulta da soma de sua idade mais o tempo de contribuição. O número inicial será de 86 para as mulheres e 96 para os homens, respeitando o tempo mínimo de contribuição que vale hoje (35 anos para homens e 30 anos para mulheres). A transição prevê um aumento de 1 ponto a cada ano, chegando a 100 para mulheres (em 2033) e 105 para os homens (em 2028). O valor da aposentadoria seguirá a regra de 60% do valor do benefício integral por 15/20 anos de contribuição, crescendo 2% a cada ano a mais. Para professores, a transição começa com 81 pontos para mulheres e 91 pontos para homens, com tempo de contribuição mínimo de 25 e 30 anos, respectivamente (BRASIL, 2019)

A primeira regra de transição para a Aposentadoria por tempo é a soma dos pontos, que exige como requisitos trinta anos de contribuição, se mulher, e trinta e cinco anos, se homem, e que o somatório da idade e do tempo de contribuição seja equivalente a oitenta e seis pontos, se mulher, e noventa e seis pontos, se homem para o ano de 2019. A partir de 2020 aumenta um ponto a cada ano até 2033, quando será necessário atingir 100 pontos, se mulher (exemplo: 60 anos de idade + 40 contribuição) e 105 pontos, se homem (exemplo: 65 anos de idade + 40 contribuição) (BRASIL, 2019).

Transição 2: tempo de contribuição + idade mínima (para INSS): Nessa regra, a idade mínima começa em 56 anos para mulheres e 61 para os homens, subindo meio ponto a cada ano até que a idade de 65 (homens) e 62 (mulheres) seja atingida. Em 12 anos acaba a transição para as mulheres e em 8 anos para os homens. Nesse modelo, é exigido um tempo mínimo de contribuição: 30 anos para mulheres e 35 para homens. Para professores, o tempo de contribuição e idades iniciais são reduzidos em 5 anos e o acréscimo vai até 57 anos para mulheres e 60 anos para

homens. A remuneração será calculada a partir da média de todos os salários de contribuição, com a aplicação da regra de 60% do valor do benefício integral por 15/20 anos de contribuição, crescendo 2% a cada ano a mais (BRASIL, 2019).

A segunda regra de transição é a por idade, que exige trinta anos de contribuição, se mulher, e trinta e cinco anos, se homem, e idade mínima de 56 anos de idade, se mulher, e sessenta e um anos, se homem. Sendo que a partir de 2020 esta idade será acrescida de seis meses a cada ano, até atingir sessenta e dois anos de idade, se mulher (será atingido em 2031), e sessenta e cinco anos de idade, se homem (será atingido em 2029). Observando-se que a idade poderá aumentar de acordo com a expectativa de sobrevida da população (BRASIL, 2019).

Transição 3: pedágio de 50% (para INSS): Quem está a 2 anos de cumprir o tempo mínimo de contribuição que vale hoje (35 anos para homens e 30 anos para mulheres) ainda poderá se aposentar sem a idade mínima, mas vai pagar um pedágio de 50% do tempo que falta. Por exemplo, quem estiver a um ano da aposentadoria deverá trabalhar mais seis meses, totalizando um ano e meio. O valor do benefício será a média das 80% maiores contribuições, reduzido pelo fator previdenciário, um cálculo que leva em conta a expectativa de sobrevida do segurado medida pelo IBGE, que vem aumentando ano a ano (BRASIL, 2019).

A terceira regra de transição só se aplicará aos segurados filiados ao RGPS que, na data da promulgação da Emenda, já contarem com mais de vinte e oito anos de contribuição, se mulher, e trinta e três anos de contribuição, se homem, e quando preencherem cumulativamente trinta anos de contribuição, se mulher, e trinta e cinco anos, se homem mais um pedágio de cinquenta por cento do tempo que falta para se aposentar na data da promulgação da Emenda, de acordo com as regras antigas. E diferentemente das demais regras de transição e da regra transitória, aqui o cálculo da renda mensal inicial do benefício será correspondente a 100% da média apurada multiplicada pelo fator previdenciário (BRASIL, 2019).

Transição 4: por idade (para INSS): Para os homens, a idade mínima continua como é hoje, em 65 anos. Para as mulheres começará em 60 anos. Mas, a partir de 2020, a idade mínima de aposentadoria da mulher será acrescida de seis meses a

cada ano, até chegar a 62 anos em 2023. O tempo mínimo de contribuição exigido será de pelo menos 15 anos para ambos os sexos.

Segundo Ribeiro (2019), a remuneração será calculada a partir da média de todos os salários de contribuição, com a aplicação da regra de 60% do valor do benefício integral por 15/20 anos de contribuição, crescendo 2% a cada ano a mais.

Transição 5: pedágio de 100% (para INSS e servidores): Nesta regra, trabalhadores do setor privado e do setor público terão que cumprir os seguintes requisitos: idade mínima de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens, além um "pedágio" equivalente ao mesmo número de anos que faltar para cumprir o tempo mínimo de contribuição (30 anos se mulher e 35 anos se homem) na data em que a PEC entrar em vigor.:

Por exemplo, um trabalhador que já tiver a idade mínima mas tiver 32 anos de contribuição quando a reforma entrar em vigor terá que trabalhar os 3 anos que faltam para completar os 35 anos, mais 3 de pedágio.

Nessa regra, a remuneração será de 100% da média de todos os salários. Para servidores, o valor da aposentadoria igual a 100% da média ou integral para quem ingressou até 31 de dezembro de 2003.

Para policiais federais, a idade mínima poderá ser de 53 anos para homens e 52 para mulheres, mais pedágio de 100% (período adicional de contribuição) correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor da nova Previdência, faltará para atingir os tempos de contribuição da lei complementar de 1985: 30 anos para homens, com pelo menos 20 anos no exercício do cargo, e 25 anos para mulheres, com pelo menos 15 anos no exercício do cargo.

Para professores, a idade mínima será de 52 para mulheres e 55 para homens, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos e 30 anos, respectivamente. Para servidores, mínimo de 20 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

Conforme a Comissão Especial de Seguridade Social da OAB de Santa Cruz do Sul, isto está disposto no artigo 19, I da EC.

Transição 6: exclusiva para servidores: Para os servidores públicos, está prevista também uma transição por meio de uma pontuação que soma o tempo de contribuição mais uma idade mínima, começando em 86 pontos para as mulheres e 96 pontos para os homens.

A regra prevê um aumento de 1 ponto a cada ano, tendo duração de 14 anos para as mulheres e de 9 anos para os homens. O período de transição termina quando a pontuação alcançar 100 pontos para as mulheres (2033), e a 105 pontos para os homens (2028), permanecendo neste patamar.

O tempo mínimo de contribuição dos servidores será de 35 anos para os homens e de 30 anos para as mulheres. A idade mínima começa em 61 anos para os homens e 56 anos para mulheres, passando a 62/57 a partir de 2022. Deverão contar ainda com 20 anos de serviço público, 10 anos na carreira e 5 no cargo.

O valor da aposentadoria será integral para quem ingressou até 31 de dezembro de 2003 e se aposentar aos 65 anos (homens) ou 62 (mulheres). Para quem ingressou a partir de 2004, o cálculo seguirá a regra de 60% da média aos 20 anos de contribuição, subindo 2 pontos percentuais para cada ano a mais de contribuição, até o máximo de 100%.

Conforme a Comissão Especial de Seguridade Social da OAB de Santa Cruz do Sul, isto está disposto no artigo 19, II da EC.

3.4 Considerações sobre a previdência social pós reforma

Sobre as perspectivas para com a previdência social pós reforma, Moura e Nunes (2019) destacam a insuficiência e a insustentabilidade do sistema de capitalização, assim,

[...] é possível concluir que o sistema de capitalização é comprovadamente insustentável em termos sociais, não podendo em hipótese alguma ser implantado no Brasil, principalmente pautado e justificado com falsas premissas. Como se cogita adotar no país um sistema, admitindo-se inclusive o sistema nocional sem amplos debates, e sem que haja total conhecimento da população das reais consequências da adoção deste sistema. Ainda antes de se discutir a reforma que vem justificada em um suposto déficit da previdência deveria ser feito uma auditoria do orçamento da Seguridade Social e

da dívida pública (MOURA, NUNES, 2019, Texto Digital).

Ademais, os mesmos autores ressaltam a ilegitimidade da reforma, uma vez que a população não teve vez e nem voz quanto a aprovação da mesma, desta forma.

É incontroverso que questões relevantes, que detém grande impacto na vida político-econômica, como por exemplo, a reforma da Previdência Social, deve ser discutida e resolvida pelo povo através de plebiscitos, referendo e iniciativa popular; uma vez que, se estivesse o povo vivendo em um Estado Democrático de Direito e fosse o mesmo realmente soberano, onde os direitos humanos dos cidadãos fossem respeitados, legislações como estas jamais se concretizariam, haja vista que o povo jamais votaria contra seus próprios interesses e necessidades, salvo se fossem enganados com falsas notícias. Desta forma, sua aprovação pelo Congresso a mercê da vontade popular torna referida reforma carecedora de legitimidade democrática por representar um enorme retrocesso social (MOURA, NUNES, 2019, Texto Digital).

Nesse contexto, cabe ressaltar o que citou Martins (2006) sobre o favorecimento da previdência privada,

Propaga-se um crescente déficit na Previdência Social. Entretanto, o jornal *Folha de S. Paulo* mostrou em 1998 que o sistema previdenciário direcionado para a área privada não é deficitário. Ao contrário, as receitas são maiores que os benefícios. O sistema seria deficitário a partir do momento em que há junção com os benefícios dos funcionários públicos. Então, o déficit seria do sistema público e não privado (MARTINS, 2006, p. 30).

Assim, desde os tempos remotos e atualmente, mais do que nunca, diante da reforma previdenciária, no próximo capítulo alude-se sobre a previdência privada e o grande favorecimento da mesma diante da situação deficitária da previdência social.

4 O REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

4.1 Conceituação e evolução

Diante do cenário que se encontra a previdência pública brasileira, as vésperas da publicação de uma reforma que trará prejuízos ao trabalhador faz-se necessário estar amparado de meios alternativos para maior segurança financeira, nesse sentido, segundo Maia (2001, p. 3),

O que decorre de tudo isso [decadência da previdência social] é a incerteza da população quanto aos benefícios futuros de aposentadoria a serem recebidos, haja vista as dificuldades financeiras em que se encontra a previdência social. Caso seja assegurada a previdência oficial com as atuais reformas e reestruturações, a necessidade de se ter uma renda complementar persiste, à medida que o achatamento contínuo dos parâmetros dos benefícios com a aposentadoria passa a comprometer a manutenção da qualidade de vida (MAIA, 2001, p.3).

Sobre tal motivo, Chan, Silva e Martins (2006) comentam em sua obra que por meio da previdência complementar buscava-se manter o nível e a qualidade de vida. Assim, lecionam os autores citados,

A dificuldade do Estado em prover uma aposentadoria segura, que mantivesse o nível e a qualidade de vida semelhante ao momento em que os trabalhadores estavam na ativa, impulsionou o desenvolvimento de novos instrumentos de proteção de natureza previdenciária (CHAN; SILVA; MARTINS, 2006, p. 13).

Apesar de o Estado se encarregar do recolhimento dos tributos e da previdência social pública ser de caráter obrigatório e insubstituível, os trabalhadores ainda podem optar por sistemas de previdência privada, a qual é também chamada de previdência complementar, e que possui suas próprias regras e valores de contribuição e repasse dos benefícios, além de ter suas características próprias. Este recurso é utilizado por aqueles que se interessam em garantir uma renda extra em casos de necessidade, conforme destaca Nobre (1996, p. 87).

A expressão 'previdência privada' no sentido usado no Brasil, objetivou identificar espaço não coberto pela previdência social, de forma a proporcionar ao participante um benefício adicional ao oferecido pela previdência social pública, visando a manter sua renda nos mesmos níveis de quando estava em plena capacidade laborativa (NOBRE, 1996, P.87).

A institucionalização da Previdência Privada no Brasil se deu com a Lei 6.435 de 15 de julho de 1977, e segundo Póvoas (2007, p. 104) “era a consagração legal da expressão, cujos principais inconvenientes, neste momento, são, por um lado a indefinição institucional e por outro a dificuldade de apreensão do seu significado no exterior.”

Nesse sentido, Póvoas defende (2007, p. 105), que “O Brasil deu um grande passo, institucionalizando a previdência privada, o que sem dúvida o elege como um dos primeiros neste domínio”.

A representatividade da Previdência Privada se deu muito em virtude da preocupação da população em auferir renda extra no momento da aposentadoria. Segundo Ramos (2005, p. 23):

A Previdência Privada nasceu com a finalidade de garantir mais proteção à sociedade. Visa ao seu desenvolvimento econômico e social, por meio da

capitalização de seus recursos, buscando o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos (RAMOS, 2005, p. 23).

Segundo Ramos (2005, p. 32), a Constituição Federal de 1988 prevê a existência de um sistema de Previdência Privada, o qual é de caráter complementar e facultativo sendo organizado de forma autônoma do Regime Geral da Previdência Social. Encontra-se baseado legalmente no *caput* artigo 202, conforme sua fiel transcrição:

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (BRASIL, 1988).

No que tange a sua comparação com a previdência social, Póvoas 1985, p.18 leciona,

O que tinham em comum era a liberdade e o fato de terem nascido da iniciativa privada; no fim específico eram diferentes, na medida em que os primeiros fundos de pensão nasceram para desempenhar o papel que agora cabe à previdência social, enquanto que os esquemas supletivos previdenciários nasceram para complementar ou suplementar os esquemas da previdência social (PÓVOAS, 1985, p.18).

Segundo Weintraub (2003, p. 9), a Previdência Privada tem por características específicas a filiação voluntária, gestão privada, regime contratual com regras de elegibilidade, rol de benefícios, custeio e ajuste de aposentadoria definida no regulamento do plano do plano previdenciário e regime financeiro de capitalização, além disso, conta com a amplitude de gerar uma complementação de renda, no momento em que o contribuinte da Previdência Social cessa sua contribuição obrigatória, a fim de iniciar seu momento de descanso de suas atividades laborais.

Tomando por base o que cita Reis (2017, p. 24) afirma-se que o regime de previdência complementar privado é operado por entidades fechadas e entidades abertas de previdência complementar, são as EAPC's e as EFPC's.

Cabe mencionar que, com base no que citam Chan, Silva e Martins (2006 –

p.15), na década de 70 ocorreu uma expansão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mais precisamente no que tange aquelas vinculadas às empresas estatais. Ademais, os mesmos autores ainda comentam as mudanças significativas ocorridas na previdência complementar privada nos últimos tempos, destacando que o processo de privatização transferiu para a iniciativa privada alguns dos principais fundos de pensão do país.

Destarte, é de suma importância ressaltar ainda o destaque que Chan, Silva e Martins (2006 – p.16 e 17) dão as importantes alterações normativas introduzidas com a Reforma da Previdência Complementar, tendo, com isso, por principal objetivo incentivar o desenvolvimento do sistema fechado, buscando segurança, atratividade e expansão. Com estas alterações, os autores citam as pretensões do governo,

O governo tinha pretensões de fortalecer a fiscalização dos fundos fechados de previdência, transformando a Secretaria de Previdência Complementar numa autarquia ou superintendência, ligada ao Ministério da Previdência, denominada PREVIC (CHAN; SILVA; MARTINS, 2006, p. 17).

Segundo o Ministério da Fazenda (2019), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, foi proposta para fins de fiscalização e supervisão relativas a entidades fechadas de previdência complementar, tendo como principal objetivo a execução das políticas para estas entidades.

As competências da PREVIC, segundo o Decreto nº 8.992/2017, são:

- I - proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e das suas operações;
- II - apurar e julgar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis;
- III - expedir instruções e estabelecer procedimentos para a aplicação das normas relativas à sua área de competência;
- IV - autorizar: a constituição e o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar e a aplicação dos respectivos estatutos e dos regulamentos de planos de benefícios; as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas de previdência complementar; a celebração de convênios e termos de adesão por patrocinadores e instituidores e as retiradas de patrocinadores e instituidores; e as transferências de patrocínio, grupos de participantes e assistidos, planos de benefícios e reservas entre entidades fechadas de previdência complementar;
- V - harmonizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar com as normas e as políticas estabelecidas para o segmento;
- VI – decretar intervenção e liquidação extrajudicial das entidades fechadas de previdência complementar e nomear interventor ou liquidante, nos termos da lei;
- VII - nomear administrador especial de plano de benefícios específico,

podendo atribuir-lhe poderes de intervenção e liquidação extrajudicial, na forma da lei;

VIII - promover a mediação e a conciliação entre entidades fechadas de previdência complementar e entre as entidades e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores, bem como dirimir os litígios que lhe forem submetidos na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

IX - enviar relatório anual de suas atividades ao Ministério da Fazenda e, por seu intermédio, ao Presidente da República e ao Congresso Nacional; e adotar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos (BRASIL, 2017)

Portanto, a criação de instituições de regulamentação das entidades fechadas, visa a dar maior credibilidade e fortalecimento para a previdência complementar. A seguir será explanado sobre as entidades de Previdência Privada para uma melhor compreensão das mesmas.

4.2 Entidades de previdência privada

Segundo Reis, (2006, p. 24) A Previdência Privada é composta por Entidades de Previdência Fechada (EFPP) e Entidades de Previdência Aberta. Assim, para a adesão de um plano em uma Entidade Aberta, qualquer pessoa pode realizar a contratação, enquanto os planos das Entidades Fechadas, destinadas a grupos fechados, como por exemplo, o de empresas ou associações. Para compreender melhor esta seção, na sequência, definem-se as Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar.

4.2.1 Entidades fechadas de previdência privada

A constituição de Entidades Fechadas de Previdência Privada se deve pelas contribuições de trabalhadores, em conjunto com pessoas jurídicas, que contemplem relação empregatícia, produzindo assim, no futuro, renda extra para a geração de uma qualidade de vida superior no momento da aposentadoria. Segundo Weintraub (2003, p.37):

O Sistema de Previdência Privada fechada se baseia na contribuição conjunta do participante (trabalhador) e da patrocinadora (pessoa jurídica que

possui vínculo empregatício com o trabalhador) em parte préestabelecidas que devem ser capitalizadas via diversos ativos do mercado de capitais, para que em um futuro programado, e de acordo com regras definidas para cálculo da suplementação de aposentadoria, proporcione ao ex-trabalhador, agora inativo, uma renda que o ampare na velhice. A contribuição da empresa consiste num incentivo aos empregados, que poderão contar com a manutenção do seu padrão de vida quando da inatividade (WEINTRAUB, 2003, p. 37).

Segundo Ramos (2005, p. 37), a realização dos planos se dá, a partir de empresas, estatais ou privadas, sendo estas denominadas patrocinadoras. Entidades profissionais, classistas e setoriais designadas instituidoras. Sendo os empregados e associados destas empresas e instituições, com autonomia e de caráter opcional em aderir ao plano designados de participantes. Entidades fechadas, como o próprio nome diz, restringe o ingresso de participantes pelos membros das patrocinadoras, visando a complementação da aposentadoria pela previdência social.

Weintraub (2003, p. 119), relata a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar:

As Entidades Fechadas de Previdência Privada têm a rentabilidade de seus planos obtida pelos seus Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, e por suas carteiras de renda fixa e renda variável. É possível aplicar esses recursos da seguinte forma:

- Segmento de renda fixa;
- Segmento de renda variável;
- Segmento de imóveis;
- Segmento de empréstimos e financiamentos (WEINTRAUB, 2003, p. 19).

Portanto, a criação, geralmente gerida pela área de recursos humanos de um plano de previdência privada propicia aos colaboradores uma segurança e renda extra no momento da dependência dos proventos da previdência social.

As entidades fechadas de previdência complementar estão submetidas ao seguinte aparato estatal de regulação e supervisão, segundo Reis, 2017.

- Superintendência Nacional da Previdência Complementar – Previc, responsável pela fiscalização;
- Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, responsável pela regulação (tal órgão sucedeu o Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC);
- Câmara de Recursos de Previdência Complementar – CRPC, responsável pela apreciação de recursos administrativos contra decisões da Previc

relativas à aplicação de penalidades por infração à legislação;

- Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, na qual há uma Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (REIS, 2017, p. 25).

4.2.2 Entidades abertas de previdência privada

As Entidades abertas de previdência complementar, visam demonstrar as pessoas físicas, planos individuais ou coletivos de benefícios de caráter previdenciário. Neste sentido, Reis (2017 – p.25), “as entidades “abertas” de previdência complementar recebem tal qualificação porque seus planos são oferecidos abertamente no mercado, sem a necessidade de prévio vínculo empregatício ou associativo.”

Ainda, segundo Ramos, 2005,

As entidades são denominadas abertas por poderem oferecer seus planos de benefícios livremente a todas as pessoas interessadas, não tendo seu âmbito de atuação restrito, tal qual as entidades fechadas de previdência complementar. A filiação dos participantes aos planos de benefícios dessas entidades não depende da existência de qualquer vínculo prévio entre as pessoas físicas e/ou jurídicas envolvidas na relação de previdência complementar. Os participantes podem ter tido como associados dessas entidades, nunca como seus sócios (RAMOS. 2005, p. 41).

A Lei Complementar Nº 109/2001, em seu Art. 36, define as entidades abertas de previdência complementar:

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida poderão ser autorizadas a operar os planos de benefícios a que se refere o caput, a elas se aplicando as disposições desta Lei Complementar (BRASIL, 2001).

Em seu Art. 26, da Lei Complementar Nº 109/2001, os planos de benefícios disponibilizados se dividem em individuais e coletivos:

Art. 26. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser: I - individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou II -

coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.

A disponibilização de planos de benefícios individuais e coletivos, se deve pelas entidades abertas, sendo a adesão dos planos individuais acessíveis por pessoas físicas. E dos planos coletivos, sendo possível, a destinação para pessoas físicas com algum vínculo a uma pessoa jurídica, que possa ou não auxiliar no custeio integral ou parcial do plano (RAMOS, 2005).

Para Weintraub (2003, p. 34), “[...] nas entidades abertas, a participação não depende, tampouco é condicionada à existência de um vínculo empregatício anterior”.

Ainda, cabe ressaltar que as entidades abertas tem por objetivo instituir planos de benefícios de caráter previdenciário, conforme leciona Ramos, 2005,

As entidades abertas de previdência privada são constituídas com a finalidade de instituir planos de benefícios de caráter previdenciário, concedidos sob a forma de renda continuada ou pagamento único. Tais entidades têm fins lucrativos, adquirindo a forma de sociedades anônimas (RAMOS, 2005, p. 41).

Portanto, o participante é que determinará o valor de sua contribuição mensal, e tempo que irá contribuir, para futuramente, de acordo com o plano aderido, realizar o resgate do seu benefício. Neste mesmo sentido cita Reis, 2017,

Portanto, se alguém pretende ter um plano de previdência complementar, mas não tem acesso a uma entidade fechada de previdência complementar porque lhe falta o vínculo prévio de emprego ou de associação, pode aderir a um plano de individual de entidade aberta ou companhia seguradora, geralmente ligada a instituições financeiras bancárias (REIS, 2017, p. 26).

Segundo o Banco Central do Brasil (2017), para regulamentação e fiscalização das entidades abertas de previdência complementar, ficam a cargo do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.2.3 Conselho nacional de seguros privados

Criado pelo Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tinha como principal objetivo o de dar diretrizes e normas da política governamental para os Seguros Privados e Capitalização, sendo, posteriormente, com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, incluído as atribuições às Entidade Abertas de Previdência Privada.

Conforme Art. 7 do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, as competências do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP visam:

Art. 7º - Compete, privativamente, ao CNSP, como órgão normativo:

- I - fixar as diretrizes e normas da política a ser seguida pelas entidades abertas de previdência privada;
 - II - regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização de quantos exerçam atividades subordinadas a este capítulo, bem como a aplicação das penalidades cabíveis;
 - III - estipular as condições técnicas sobre custeio, investimentos, correção de valores monetários, e outras relações patrimoniais;
 - IV - estabelecer as características gerais para os planos de pecúlios ou de rendas, na conformidade das diretrizes e normas de política fixadas;
 - V - estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatística a serem observadas;
 - VI - conhecer dos recursos interpostos de decisões da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
 - VII - disciplinar o processo de cobrança e fixar o valor de comissões de qualquer natureza para a colocação de planos;
 - VIII - prescrever os critérios de constituição de reservas técnicas e fundos especiais;
 - IX - estabelecer as normas gerais e técnicas para elaboração de planos de operações;
 - X - opinar na elaboração das diretrizes do Conselho Monetário Nacional sobre a aplicação do Capital e das Reservas Técnicas e fundos especiais das entidades;
 - XI - estabelecer o entendimento sobre legislação das entidades abertas de previdência privada;
 - XII - fixar critérios para a posse e o exercício de qualquer cargo de administração, assim como para o exercício de qualquer função em órgãos consultivos, fiscais ou assemelhados em entidades abertas;
 - XIII - corrigir valores monetários expressos na lei ora regulamentada, de acordo com índices de correção, que estiverem em vigor e nas condições que vier a fixar;
 - XIV - opinar sobre a cassação de carta-patente das entidades abertas de previdência privada, antes da remessa do processo ao Ministro da Indústria e do Comércio.
- Parágrafo único - O CNSP delimitará o valor mínimo do capital das entidades abertas de fins lucrativos e o do fundo de constituição das entidades sem fins lucrativos, atualizando-os com a periodicidade mínima de 2 (dois) anos (BRASIL, 1978).

Segundo Correa (2004, p. 69):

São atribuições do Conselho Nacional de Seguros Privados, entre outras, estabelecer critérios para a investidura e posse em cargos e funções de órgãos estatutários; editar normas gerais de contabilidade, auditoria, atuária, e estatística, bem como fixar índices de solvência e liquidez, nos termos do art. 37 da LC n. 109/01 (CORREA, 2004, p.69).

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dentre as atribuições que lhes é designada, visa regulamentar e fiscalizar as Entidades Abertas de Previdência Privada, quanto a disponibilização dos planos previdenciários, para que haja uma organização e funcionamento de forma ponderada sobre os entes.

4.2.4 Superintendência de seguros privados

A Superintendência de Seguros Privados - SSP, criada pelo Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, em seu Art. 36, destinava as competências atribuídas a esta entidade autárquica, a de fiscalizar, organizar o funcionamento das operações das Sociedades Seguradoras.

Com a sanção do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, o Art. 8 destacava as competências atribuídas a este órgão:

Art. 8º - Compete à Superintendência de Seguros Privados, na qualidade de órgão executivo e fiscalizador da política de previdência das entidades abertas:

I - processar os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos estatutos das entidades abertas, opinar sobre tais pedidos, e encaminhá-los ao Ministro da Indústria e do Comércio;

II - baixar instruções relativas à regulamentação das atividades das entidades abertas, e aprovar seus planos de benefícios, de acordo com as diretrizes do CNSP;

III - fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade, atuária e estatística, fixadas pelo CNSP;

IV - fiscalizar as atividades das entidades abertas, inclusive quanto ao exato cumprimento da legislação e das normas em vigor, e aplicar as penalidades cabíveis;

V - proceder à liquidação das entidades abertas que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;

VI - estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de entidades abertas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais ou assemelhados, segundo normas que forem expedidas pelo CNSP;

VII - autorizar a movimentação e liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital, das reservas técnicas e dos fundos especiais

das entidades abertas de previdência privada;

VIII - proceder à inscrição dos corretores de planos previdenciários, de entidades abertas de previdência privada, fiscalizar-lhes a atividade e aplicar-lhes as penas cabíveis;

IX - promover junto aos Órgãos do poder público, instituições financeiras em geral e sociedades mercantis, as providências necessárias à salvaguarda da inalienabilidade dos bens garantidores do capital, reservas técnicas e fundos especiais das entidades abertas de previdência privada;

X - nomear o Diretor-Fiscal para as entidades abertas de previdência privada, "ad referendum" do CNSP (BRASIL, 1978).

Portanto, as atividades de regularização, supervisão e fiscalização destina-se a Superintendência de Seguros Privados – SSP, a fim de amparar os consumidores que detenham aplicações em Entidades Abertas de Previdência Privada.

4.3 Planos de previdência privada

Para a obtenção de planos de previdências privadas, o investidor terá que optar por entidades que disponibilizarão, planos de benefícios de diferentes modalidades.

Conforme Correa (2004, p. 163), “Existem três formas básicas, mas não exaustivas, de plano de benefícios; os planos de contribuição definida, os planos de benefício definido e os planos de contribuição variável”.

Conforme Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2005, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, visa a normatização dos “planos de benefícios de caráter previdenciário nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável”.

4.3.1 Plano de benefício definido

Com a adesão da modalidade de benefício definido, o participante saberá o valor que irá receber do benefício, conforme critérios de contribuições aderidos no momento da assinatura do contrato com as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Segundo Martinez (1996, p. 227):

O plano de benefício definido caracteriza-se pelo fato de o valor da prestação ser determinado no momento da adesão do participante ao sistema, com base em formulas de cálculo previstas no Regulamento Básico. Para garanti-lo, o segurador apreende contribuições variáveis no curso do tempo, necessárias para o atendimento das obrigações futuras (MARTINEZ, 1996, p. 227).

Conforme Ramos (2005, p. 78):

As patrocinadoras tendem a extinguir os planos de benefício definido, que lhes trazem maiores ônus, para transformá-los em planos de contribuição definida, cuja responsabilidade maior compete aos participantes, preservando assim os interesses das patrocinadoras (RAMOS, 2005, p. 78).

Conforme Correa (2004, p. 59), esta modalidade vem caindo em desuso, em virtude do cálculo tanto do benefício, como das contribuições, ser realizado no momento da adesão, sendo que poderia haver desencontros entre valores estimados inicialmente, em relação ao apurado no final.

Com o passar dos anos, esta modalidade vem desaparecendo, “[...] em virtude dos déficits que tinham de ser cobertos com o aumento do valor da contribuição dos participantes” (CORREA, 2004, p. 59).

4.3.2 Plano de contribuição definida

A contribuição definida apresenta a partir do momento que o participante realizará a adesão ao plano, quanto a contribuição mensal que deverá ser realizada, mas, não saberá o valor do benefício que irá receber.

Conforme Weintraub (2003, p. 82), na contribuição definida:

O participante não sabe qual será seu benefício à época da sua aposentadoria (plano de acumulação de capital, onde o benefício será diretamente proporcional ao que foi acumulado e capitalizado ao longo do tempo). Há uma projeção teórica de um benefício futuro, onde se define uma contribuição que provavelmente atenda às reservas para este benefício, se todas as condições contratuais forem cumpridas (WEINTRAUB, 2003, p. 82).

Para Ramos (2005, p. 79), “[...] denomina-se plano de contribuição definida aquele no qual tanto o valor quanto a periodicidade da contribuição podem ser previamente estipulados, ficando facultado ao participante efetuar contribuições de qualquer valor, a qualquer tempo”.

Na renda fixa, a aplicação que o investidor realizou, visa o empréstimo ao seu emissor, sendo que este pagará no vencimento do título, os juros referentes ao período do empréstimo. Na renda variável, a compra de ações proporciona ao investidor a propriedade de parte da empresa, sendo esta remunerada através dos lucros que ela proporcionou, proporcionalmente a quantia de ações que foi negociada (MACEDO JUNIOR, 2007).

4.3.3 Plano de contribuição variável

A Contribuição Variável, define a mistura dos dois tipos de contribuições, tanto a Contribuição Definida, bem como o Benefício Definido, sendo que não há uma contribuição mensal definida, tampouco um valor de benefício que irá receber no futuro.

Para Ramos (2005, p. 80), “[...] nos planos de contribuição variável, antes denominados mistos, as prestações podem ser programadas, submetidas ao regime de contribuição definida, e não-programadas, logicamente submetidas ao regime de benefício definido”.

Ainda segundo o mesmo autor, deve-se verificar e analisar os planos disponibilizados para posteriormente, identificar as vantagens e desvantagens por eles propostos.

Para Martinez (2003, p. 68), “Planos de contribuição variável são aqueles que tendem para a obtenção de benefício previamente decantado e, para tanto, flexionam a contribuição no curso do período contributivo”.

A modalidade de contribuição variável destaca a análise de cada plano, para possível escolha do que lhe traga risco financeiro menor.

4.3.4 Plano gerador de benefício livre

A aplicação de recursos em um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, visa a contribuição variável, por parte do participante, aplicando os recursos, conforme prazo contratado, em fundos de investimentos para a obtenção do benefício previdenciário no futuro. A obtenção do resgate desta aplicação poderá ser de forma integral, mensal vitalícia ou por prazo determinado, não sendo necessário no momento do início da aposentadoria pelo Instituto Nacional de Serviço Social – INSS. Assim, Conforme Correa (2004, p. 165):

O participante pode contratar as seguintes rendas mensais: renda mensal vitalícia; renda mensal temporária; renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido; renda mensal vitalícia reversível ao beneficiário indicado e renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores (CORREA, 2004, p. 165).

Segundo Martins (2006, p. 220):

É o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), quando, durante o período de diferimento, a remuneração da provisão matemática de benefícios a conceder for baseada na rentabilidade da(s) carteira(s) de investimentos de FIE(s), no(s) qual(is) esteja aplicada a totalidade dos respectivos recursos, sem garantia de remuneração mínima e de atualização de valores e sempre estruturados na modalidade de contribuição variável (MARTINS, 2006, p. 220).

Conforme Weintraub (2003), a opção pela adesão ao Plano Gerador de Benefício Livre, beneficia ao investidor em deduzir até o limite de 12% da renda bruta do resgate, nos gastos previdenciários para fins de apuração do cálculo do imposto de renda, sendo que o contribuinte tem a possibilidade do saque dos valores investidos seguindo parâmetros de aplicações convencionais.

4.3.5 Vida gerador de benefício livre

A Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, visa a seguridade do contribuinte

no momento em que vier a se aposentar ou falecer, disponibilizando o valor do benefício ao beneficiário indicado, sendo que, conforme critérios do contrato, se o contribuinte vier a sobreviver ao tempo estipulado pelo plano, receberá os valores definidos em contrato.

O Plano Vida Gerador de Benefício Livre, visa compor uma reserva, referente as contribuições realizadas pelo segurado, em fundos de investimento. Uma parte atenderá ao beneficiário indicado em caso de falecimento, e a outra, se caso o segurado vier a sobreviver, em valores mensais pré-definidos em acordo realizado com a Entidade (WEINTRAUB, 2003).

Conforme a Brasilprev, na aplicação de recursos no Vida Gerador de Benefício Livre, incide a tributação sobre os rendimentos do plano, sendo que a indicação deste investimento terá vantagem, para o contribuinte que realiza a declaração simplificada.

4.4 Benefícios da previdência privada

Os benefícios oferecidos pelos planos de previdência complementar visam agregar a renda devida as situações ocorridas com o contribuinte em momentos de incapacidade laboral, tendo seus pagamentos realizados conforme contrato do plano adquirido. Nesse sentido, conforme Ramos (2005, p. 80):

Normalmente, os benefícios oferecidos pelas entidades de previdência complementar são: Aposentadorias – benefícios a serem usufruídos após o período laborativo do participante trabalhador, pagos sob a forma de renda continuada, por longo período ou por toda a sua sobrevida. Auxílios – correspondem a benefícios pagos por ocasião do acontecimento de algum evento, consubstanciados em pagamento único ou em prestações, por curto período de tempo. Pensão por morte – benefício a ser pago ao beneficiário/dependente do participante quando do falecimento deste, sob a forma de renda continuada, vitalícia ou não (RAMOS, 2005, p. 80).

O Benefício consiste na realização do pagamento que o contribuinte ou beneficiário tem direito, conforme a entidade pelo qual realizou as contribuições no plano contratado em virtude do acontecimento do fato gerador (WEINTRAUB, 2003).

4.5 Legislação da previdência privada

A primeira legislação criada para Previdência Privada foi a Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977, tendo a regulamentação para as Entidades Abertas de Previdência Complementar descritas no Decreto nº 81.402/78, e das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Decreto nº 81.240/78.

A Lei Complementar nº 108/01, nº 109/01 e Lei nº 11.053, de 29 dezembro de 2004, foi sancionada para revogar a Lei nº 6.435/77.

A Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, tem como principal alteração a descrição do papel da Previdência Complementar:

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar (BRASIL, 2001).

Conforme a legislação, uma das principais mudanças da Lei, visou na possibilidade do contribuinte de realizar a Portabilidade de seus recursos aplicados em um plano, transferindo o valor de direito acumulado para outro (RAMOS, 2005).

A Legislação também apresentou criação do instituidor, benefício proporcional diferido e de modalidades de contribuição definida nos planos de benefícios. Assim, cabe citar Weintraub (2003, p. 109), o instituidor “[...] consiste na pessoa jurídica contratante (com vinculação associativa, profissional, classista ou setorial com os participantes – chamados aqui de membros ou associados)”.

O Benefício Proporcional Garantido, ou vesting, destaca o preenchimento de condições parciais para receber o benefício previsto estabelecidos em contrato, de forma que o valor do abono seja reduzido, proporcional (RAMOS, 2005).

4.6 A Previdência privada como investimento à longo prazo

Atualmente, a Previdência Privada conta com uma demanda ligada

principalmente, com a preocupação em que a população tem, em virtude da situação econômica do qual o Sistema da Previdência Social se encontra, sendo que, os recursos das contribuições, são importantes, pois geram aplicações em atividades nacionais. Nesse sentido, segundo Ramos (2005, p. 24), a Previdência Privada “[...] objetiva ainda proporcionar o aumento da poupança acumulada pelos fundos no país, traduzindo-se em importante fonte de financiamento nacional”.

A preocupação da população no andamento do sistema atual da Previdência Social, deve-se muito, por influências de fatores, como a informalidade que ocorre no mercado de trabalho, onde não há a contribuição para a seguridade, a baixa taxa de fecundidade, aliada ao envelhecimento prolongado da população (RAMOS, 2005).

Para a escolha do plano que o contribuinte optar, deve-se levar em conta o período pelo qual irá realizar este investimento, em virtude do regime de alíquotas que o mesmo irá pagar de Imposto de Renda, sendo a Progressiva ou Regressiva.

Conforme os recebimentos dos proventos dos fundos da previdência privada vão ocorrendo, no momento da adesão ao plano, o contribuinte poderá optar pela tabela Progressiva de Importo de Renda, onde há a incidência de imposto de renda retido na fonte para posteriormente ser ajustada na declaração anual.

Aplicações com tabela Progressiva, são recomendadas para investimento a curto prazo, onde a tabela mensal irá influenciar somente em benefícios com rentabilidade maior, sendo que a dedução mensal não irá ocorrer na faixa isenta (BRASILPREV, 2019).

Outra opção que o participante poderá optar, é no regime de Tributação Regressiva, que conta com o desconto do imposto de renda de acordo com o período acumulado para resgate do benefício.

Segundo a BrasilPrev, a opção pelo regime de tributação Regressiva, leva em conta o perfil de investimento do participante, tendo sua vantagem em aplicações a longo prazo, onde, quanto maior o tempo de permanência do participante no plano, menor será a alíquota que o mesmo irá deduzir na hora do resgate ou recebimento do benefício.

Para adesão do plano de previdência complementar, as modalidades de planos

apresentam dois tipos de taxas, que segundo a BrasilPrev destaca a Taxa de Administração Financeira e a Taxa de Carregamento.

Segundo a BrasilPrev (2019, texto digital), “a Taxa de Administração Financeira é cobrada pela tarefa de administrar o dinheiro do fundo de investimento exclusivo”. E a Taxa de Carregamento é destacada, sendo o “[...] valor pago pelo participante que poderá ser cobrado para fazer face às despesas administrativas e de comercialização” (MARTINS; MARTINS, 2006, p. 221).

Para a projeção da complementação de renda que um contribuinte de 25 anos de sexo masculino, que realiza um aporte inicial de R\$ 500,00, realizando o aporte mensal de R\$ 100,00 no plano da modalidade PGBL, com tributação regressiva, terá uma complementação de renda, no momento da aposentadoria, prevista aos 80 anos, no valor acumulado de R\$ 1.642.059,23, conforme previsto na Tabela 1. Sendo que, nos mesmos moldes, alterando o gênero para feminino, podemos verificar na Tabela 2 que a complementação será de mesmo valor que do gênero masculino.

Figura 2 – Simulação PGBL masculino

SIMULAÇÃO INTELIGENTE

Agora está mais fácil e mais rápido simular a previdência da CAIXA. Basta movimentar as peças de acordo com o perfil de seu cliente. Em uma única tela você poderá visualizar os detalhes do plano e alterar sempre que desejar.

Para quem você deseja fazer uma simulação?

☒ VOCÊ ☐ SUA CRIANÇA

Qual a sua idade atual e quando deseja se aposentar?

SUA IDADE FIM DO PLANO

SEXO: ☒ Masc ☐ Fem

TEMPO DE INVESTIMENTO: 55 ANOS

Como é a declaração de IR do seu cliente?

☐ ISENTO ☒ SIMPLIFICADA ☐ COMPLETA

Estimativa de rentabilidade anual: 9% a.a.

☐ MÍNIMA ☒ MÉDIA ☐ MÁXIMA

APORTE INICIAL: R\$ 500,00

PLANO RECOMENDADO

VIVER (menor 1 mil)

[Conheça melhor](#)

Escolha o tipo de simulação:

Quanto seu cliente deseja investir por mês? R\$ 100,00

RESERVA ACUMULADA: R\$ 1.642.059,23

OPÇÕES DE RENDA MENSAL

VITALICIA	PRAZO CERTO	TEMPORÁRIA
R\$ 12.494,72	R\$ 13.683,82	R\$ 15.000,00
10 Anos	5 Anos	

A rentabilidade apresentada é apenas ilustrativa, não representando garantia ou obrigação da CAIXA PREVIDÊNCIA

CAIXA PREVIDÊNCIA

Fonte: Caixa Econômica Federal (2019).

FIGURA 3 – Simulação PGBL feminino

SIMULADOR INTELIGENTE

Agora está mais fácil e mais rápido simular a previdência da CAIXA. Basta movimentar as peças de acordo com o perfil de seu cliente. Em uma única tela você poderá visualizar os detalhes do plano e alterar sempre que desejar.

Para quem você deseja fazer uma simulação?

☒ VOÇÊ ☐ SUA CRIANÇA

Qual a sua idade atual e quando deseja se aposentar?

SUA IDADE: 25 FIM DO PLANO: 80

SEXO: ☒ Masc ☐ Fem TEMPO DE INVESTIMENTO: 55 ANOS

Como é a declaração de IR do seu cliente?

☐ ISENTO ☒ SIMPLIFICADA ☐ COMPLETA

Estimativa de rentabilidade anual: 9% a.a.

☐ MÍNIMA ☒ MÉDIA ☐ MÁXIMA

APORTE INICIAL: 500 R\$ 500,00

PLANO RECOMENDADO

VIVER (menor 1 mil)

Conheça melhor

Escolha o tipo de simulação: Reserva ao Fim do Plano

Quanto seu cliente deseja investir por mês? 100 R\$ 100,00

RESERVA ACUMULADA: R\$ 1.642.059,23

OPÇÕES DE RENDA MENSAL	VITALÍCIA	PRAZO CERTO	TEMPORÁRIA
R\$ 10.716,11	R\$ 13.683,82	10 Anos	R\$ 15.000,00 5 Anos

A rentabilidade apresentada é apenas ilustrativa, não representando garantia ou obrigação da CAIXA PREVIDÊNCIA

CAIXA PREVIDÊNCIA

Fonte: Caixa Econômica Federal (2019).

Portanto, podemos verificar que o gênero não é causa de diferença entre um investidor e outro.

4.7 A Previdência privada como planejamento financeiro pessoal

Podemos destacar, conforme os autores Cherobim e Espejo (2010, p. 29), que o “planejamento financeiro pessoal é a explicitação das formas como vamos viabilizar

os recursos necessários para atingir nossos objetivos”. Sendo assim, ainda segundo os autores, para se iniciar um planejamento financeiro pessoal, o primeiro passo é traçar um planejamento estratégico que visa alcançar os objetivos e metas estabelecidas de acordo com que cada pessoa definiu, tendo influência nestas escolhas, as características pessoais, a composição estrutural da família, e o momento da vida em que o indivíduo se encontra.

Para que o indivíduo atinja a satisfação pessoal, o planejamento financeiro auxilia para que consiga gerenciar seus recursos disponíveis (MACEDO JUNIOR, 2010).

Para se obter um padrão de vida de acordo com os mesmos moldes de quando o contribuinte estava na ativa, os rendimentos devam compreender entre 70% e 80% do período ativo do segurado, visto que, as despesas, principalmente com filhos, financiamentos imobiliários e da manutenção familiar, acabem não ocorrendo mais (CHEROBIM; ESPEJO; PALUDO, 2010).

Portanto, para que o indivíduo alcance seus objetivos propostos, o primeiro passo que para uma vida financeira tranquila, é a realização do orçamento pessoal, conseqüentemente, planejando suas finanças e se mantendo disciplinado com as metas estabelecidas (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

Ademais, cabe ressaltar que a educação financeira se tornou indispensável aos indivíduos que prospectam investir seu dinheiro a fim de obter um retorno positivo, tornando-a um auxílio no que diz respeito a controle de sua renda, e definição de como poupar e investi-la.

Conforme Barros (2009), a lacuna da não citação do assunto “finanças pessoais” nas escolas, torna os adultos, indivíduos com dificuldades de gerir suas finanças, impedindo que seja preparado de forma adequada, em virtude deste tema estar tão presente no cotidiano de uma pessoa economicamente ativa.

Para se tomar boas decisões financeiras, a busca por conhecimentos para gerir suas finanças de forma coerente, faz com que o indivíduo busque através da educação financeira a forma correta para gerenciar seus recursos disponíveis (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012).

Podemos verificar que com o passar dos anos, a população realizou investimentos em boa parte de ativos financeiros disponibilizados no mercado, onde segundo Savoia, Saito e Santana (2007), ao longo dos anos, o estado vem transferindo algumas responsabilidades aos indivíduos, sendo que, a formação de uma poupança previdenciária é uma delas, estimulando a população a adesão em planos previdenciários complementares, conforme Emenda Constitucional nº 5, de 1998.

Portanto, a educação financeira se tornou importante aos indivíduos que querem obter conhecimento em questões financeiras, mesmo para aqueles que já possuem algum plano de aposentadoria, acabam tendo que disponibilizar do seu tempo, a busca por conhecimento em questões relacionadas a impostos sobre os rendimentos, seguros, gerenciamento dos créditos pessoais, hipotecas e uma série de fatores financeiros que fazem parte do cotidiano familiar atual (HANNA; HILL E PERDUE apud DUARTE, 2012).

Para que os jovens desenvolvam a capacidade de lidar com suas finanças, o ensino nas escolas se torna importante, para a utilização no cotidiano das finanças familiares, afetadas por uso, muitas vezes, inconsequente de cartões de crédito, comércio eletrônico, entre outros (HITE et al. apud BRAIDO, 2014).

Diante deste contexto conclui-se que a Previdência Privada é o meio alternativo mais vantajoso de planejamento financeiro.

CONCLUSÃO

Primeiramente, cabe ressaltar que a confecção deste trabalho pautando um assunto tão atual, se deu principalmente pela questão de estar acompanhando a aposentadoria de meu pai, o qual sempre poupou e teve uma reserva financeira para prevenir o futuro e atualmente, se sua única fonte de sustento fosse o benefício da aposentadoria ligada ao INSS, sua condição financeira seria precária e muito faltaria para o sustento.

Com a confecção do primeiro capítulo, o qual trata sobre a evolução histórica da previdência social no Brasil, notou-se que a ideia de seguridade e proteção social não é algo novo ou atual, isso se desenvolveu há muito tempo da necessidade de o Estado cumprir o papel de protetor para com o contribuinte, buscando dividir as contribuições entre empregador e empregado para garantir a proteção social à todos.

Já no segundo capítulo que trata sobre o histórico de reformas no sistema previdenciário brasileiro com ênfase na reforma atual, percebeu-se que a crise da previdência social se deu devido a redução da taxa de natalidade, ao aumento na expectativa de vida, e muito se deu devido aos desvios e a má administração do dinheiro público.

Ademais, no que tange as perspectivas elencadas com a reforma previdenciária, é nítido perceber que a mesma mostra-se necessária, porém inadequada para o momento, basicamente apresenta suas mudanças com aumento de idade e tempo de contribuição, além de ter por finalidade principal a diminuição de custos, notando-se assim seu objetivo principal, o qual deixa a desejar no que diz respeito ao auxílio para com o segurado.

No terceiro capítulo responde-se ao problema, aonde pode-se perceber que a

hipótese citada na introdução inicial é positiva. Assim, diante do exposto denota-se que se o cidadão não tiver uma forma organizada de planejamento financeiro desde muito jovem e contar apenas com o auxílio da previdência social, com as novas regras de transição elencadas pela reforma, possivelmente não tenha condições de saúde física e mental para completar a idade e o tempo de contribuição e, assim, adquirir o direito de usufruir do benefício.

No tocante à previdência privada, cabe ressaltar o quanto nós brasileiros ainda somos leigos no que diz respeito a este assunto, durante a realização do presente trabalho acadêmico fiz questão de tecer comentários sobre com diversas pessoas de diferentes idades. Nas instituições financeiras que vendem os planos de previdência privada, foi notável como os funcionários tem um vasto conhecimento sobre o assunto e sobre as vantagens proporcionadas pela previdência complementar privada.

No entanto, ao se falar em previdência privada, nota-se ainda que a acessibilidade se dá de forma mais ágil e clara as entidades abertas e aos planos variáveis. No que tange as entidades fechadas de previdência privada, percebeu-se que muitas pessoas contribuem porque sua empresa empregadora orienta para a contribuição citando ser algo seguro e de rentabilidade, porém, os contribuintes e empregados pouco conhecimento sobre o assunto tem.

À conscientização da população sobre a importância de garantir uma velhice segura e confortável está fazendo da Previdência Privada uma alternativa atraente. As questões demográficas junto com a crise que a Previdência Social vivencia hoje, além da crise econômica brasileira, fazem destas entidades uma forte opção no mercado.

Os planos de previdência privada tem se tornado interessante, pois o objetivo principal é a complementação da aposentadoria paga pela previdência pública no Brasil, tornando-se também uma ótima opção para diversificação de investimentos, pois oferecem rentabilidade, segurança e vantagens.

Diante do que foi apresentado nesta pesquisa é nítida a importância de se investir em previdência privada no Brasil pois, a mesma garante uma velhice tranquila, com o mesmo conforto e padrão desfrutados durante suas atividades, já que a Previdência Social é falha.

Orienta-se ao leitor à procura por entender mais sobre o assunto e a aderência a um plano de previdência privada, pois há de se levar em consideração que quanto mais tardio o planejamento financeiro, maior será a necessidade do aporte inicial e mensal, tornando-se assim um valor pesado para o jovem que normalmente tem custos com faculdade e com a vida financeira começando.

Ainda, é de profunda relevância o conhecimento sobre a empresa vendedora do plano, sua índole e seus princípios, buscando conhecer sua área jurídica e estar sempre bem amparado para a proteção de suas economias.

Mostra-se, diante do exposto, como principal opção de diversificação de investimentos a longo prazo, oferecendo segurança, rentabilidade e vantagens.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Luiz Eduardo; ANSILIERO, Graziela; DINIZ AMARAL, Aline; GUERCI SIDONE, Otávio José; NAGAMINE COSTANZI, Rogério; **Reforma da Previdência Social**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8465/1/Reforma%20da%20previd%C3%Aancia%20social.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

AGUIAR, João Paulo de Vasconcelos. **História da Previdência Social Brasileira**. Politize. São Paulo. 20 dez. 2018. Texto Digital.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 4ª Ed. São Paulo, 2009.

BANDEIRA, Maria Nazaré. **Normas de Proteção Previdenciária no Brasil e no Mundo - Evolução Histórica**. Revista Controle - Doutrina e Artigos, v. 5, n. 2, p. 78-84, 31 dez. 2005. Disponível em: <<http://revistacontrole.ipc.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/73>>. Acesso em: 31 out. 2019.

BARROS, C. A. R. de. **Educação financeira e endividamento**. 2009. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE, Porto Alegre, 2009.

BORGES, Mauro Ribeiro. **Previdência Funcional & Regimes Próprios de Previdência**. Curitiba, Juruá, 2003.

BRAIDO, G. M. **Planejamento Financeiro Pessoal dos alunos de curso da área de Gestão: estudo em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto 81.402 de 23 de Fevereiro de 1978.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81402.htm>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 6.435 de 15 de Julho de 1977.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6435.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar 109 de 29 de maio de 2001.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp109.htm#ART79>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. **Previdência Social teve déficit de R\$ 195,2 bilhões em 2018.** Disponível

em: <<http://www.previdencia.gov.br/2019/01/previdencia-social-teve-deficit-de-r-1952-bilhoes-em-2018/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. **Projeto de Emenda Constitucional sob nº. 6/2019.** Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BD16AA336DD11A1CC9E9FC9354763D16.proposicoesWebExterno2?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução 16 de 22 de Novembro de 2005.** Disponível em:

<<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-previdencia-complementar-cnpc/resolues/>> Acesso em: 02 nov. 2019.

CARVALHO, José Luiz; DE FARO, Clóvis; DE MAGALHÃES, Uriel; FRAGELLI CARDOSO, Renato; PORTOCARRERO DE CASTRO, Hélio; SCHYMURA DE OLIVEIRA, Luiz Guilherme. **Previdência Social no Brasil: Diagnóstico e Sugestões de Reforma.** 1ª ed. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13102/000060159_pes5.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 21ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Disponível em:

<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/4615/material/2197-Manual-de-Direito-Previdenciario-Carlos-Alberto-Pereira-de-Castro-2018.pdf>>.

Acesso em: 01 nov. 2019.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 5ª ed. conforme as Emendas Constitucionais ns. 41 e 42 e a legislação em vigor até 14.3.2004 – São Paulo: LTr, 2004.

CHAN, Betty Lilian, SILVA, Fabiana Lopes da, MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da Previdência Complementar: da Atuária à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3ª Ed. Lajeado: Univates, 2015.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. **O planejamento financeiro pessoal e familiar**. Finanças pessoais: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE SANTA CRUZ DO SUL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cessscs/>> Acesso em: 02 nov. 2019.

CORRÊA, José Villela; GONÇALVES, Marcus Orione Correia. **Previdência Privada. Doutrina e Comentários à Lei Complementar n. 109/01**. São Paulo, 2005.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; GONÇALVES, Érica Paula Barcha Correia. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 4. Ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

CRUZ, Célio Rodrigues da. **Origem e Evolução da Seguridade Social no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://professorceliocruz.jusbrasil.com.br/artigos/217784909/origem-e-evolucao-da-seguridade-social-no-brasil>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. "**Nações Unidas**", 1948, Paris, art. 1. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

Disponível em: <<https://www.politize.com.br/historia-da-previdencia-no-brasil/#toggle-id-1>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

DUARTE, Hugo Filipe Oliveira . **A literacia financeira entre os alunos de mestrado** [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2012. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/5427>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

DUARTE, Marina Vasques. **Direito Previdenciário**. Série: Concursos. Porto Alegre, Verbo Jurídico, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A questão da reforma da Previdência Social no Brasil**. SER Social, Brasília, n. 7, mar. 2010. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/299>. Acesso em: 22 set. 2019.

GIAMBIAGI, Fábio; PINTO, Felipe; ROTHMULLER, Leandro,. **Reforma Previdenciária em 2019 – Elementos para uma tomada de decisão**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15304/1/Reforma%20previdenci%C3%A1ria%20em%202019_Elementos%20para%20uma%20tomada%20de%20decis%C3%A3o_P_BD.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

GOES, Hugo Medeiros. **Manual de direito previdenciário: teoria e questões**. 10.ed. Rio de Janeiro, Ferreira, 2015. Disponível em: <<https://carlostitblog.files.wordpress.com/2016/02/direito-previdencic3a1rio-hugo-goes-2015-10c2aa-ed.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

HORVATH, Miguel Jr.; TANACA, Priscila. **Direito Previdenciário**. Resumo Jurídico. V.17. São Paulo, Quartier Latin, 2004.

KIDRICKI, Tiago. RIBEIRO, Anderson de Tomasi. **Debate Sobre a Reforma da Previdência**. Univates, 26 de set. 2019.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf> DOI:10.1590/s0102-64451998000200005>. Acesso em: 20 out. 2019.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J. de; LANAS, J. **Finanças Pessoais: Um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX SEGeT 2012. Resende, 2012.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira**. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 5-14, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MAIA, Heloísa Helena Rocha. **A evidenciação (disclosure) dos Planos de**

Aposentadoria Complementar nas Empresas Patrocinadoras Brasileiras e a Tendência Mundial. São Paulo, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novais. **Primeiras lições de previdência complementar.** São Paulo: LTr, 1996.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário.** 6ª Ed. São Paulo: LTr, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social.** 31.ed. São Paulo, Atlas, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Fundamentos de Direito da Seguridade Social.** 6.ed. São Paulo, Atlas, 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Reforma Previdenciária.** 2.ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MATTEI, Lauro. Reforma da Previdência: Da Constituição de 1988 à proposta de Reforma o Governo atual. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 15, p. 1-7, 2019. Disponível em: <<http://stat.saudeetransformacao.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/5693/5477>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

MEIRELLES, Henrique de Campos. **Proposta de Emenda à Constituição.** 14 dez. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito.** 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2006

MIRANDA, Jediael Galvão. **Direito da Seguridade Social: Direito Previdenciário, Infortunistica, Assistência Social e Saúde.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MOREIRA, Aroldo; LUSTOSA, Paulo Rodrigues. **A Previdência supletiva e o fundo de pensão empresarial.** São Paulo: LTr, 1977.

NOBRE, Waldir de Jesus. **As Entidades Fechadas de Previdência Privada:** Revisão de Conceitos, Tendências e Aspectos Contábeis. São Paulo, 1996.

NUNES GUEDES, Paulo Roberto. **Proposta de Emenda à Constituição.** 20 fev. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459>

&filename=PEC+6/2019>. Acesso em: 18 mai. 2019.

NUNES, Josiane Antonello; MOURA, Analice Schaefer de. Proibição de retrocesso e a proposta de reforma da previdência social, PEC 6/2019: Breves considerações sobre a constitucionalização do desmonte dos direitos sociais. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19537>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. **Previdência Social**. Rio de Janeiro, Freitas e Bastos;1987, p.50.

PÓVOAS, Manuel S. Soares. **Previdência Privada**. 1ª ed. São Paulo, Funesnseg, 1985.

PÓVOAS, Manuel S. Soares. **Previdência Privada**. 2ª ed. São Paulo, Quartier Latin, 2007.

RAMOS, Maria Cibele de Oliveira. **Os planos de benefícios das entidades de previdência privada**. São Paulo: LTr, 2005.

REIS, Adacir. **Curso Básico de previdência complementar**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

ROCHA, Gustavo de Andrade. **A reforma da previdência e os conceitos de sociedade, estado e mercado**. Revista Científica Disruptiva, v. 1, n. 1, p. 59-72, 2019. Disponível em: <<http://revista.cers.com.br/ojs/index.php/revista/article/view/17>> Acesso em: 02 nov. 2019.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 6, pp.1121-41, nov./dez. 2007.

SILVA, Ademir Alves da. **Uma reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado**. São Paulo Perspec. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-32, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SILVA, Ademir Alves da. **Uma reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado**. Formato de Documento Eletrônico (ABNT). São Paulo Perspec. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-32, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SILVA, E. R., SCHWARZER, H. **Proteção social, aposentadorias, pensões e**

gênero no Brasil. Texto para discussão no 934. Brasília, dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SILVA, Luzia Gomes da. **Seguridade Social: das origens e conceito aos princípios que sustentam o Estado Democrático do Direito.** In: ÂMBITO Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr. 2012. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2019.

SOUZA, Paulo Sérgio Régis de. **O Livro Negro da Previdência.** Brasília: Anasps- Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da Seguridade Social, 2004.

VARSANO, R. **Financiamento do regime geral da previdência social no contexto do processo de reforma tributária em curso.** Texto para discussão no 959. Rio de Janeiro, junho de 2003. [Setembro 2003]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. **PREVIDÊNCIA PRIVADA. Atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social.** Imprensa: São Paulo, J. de Oliveira, 2003.